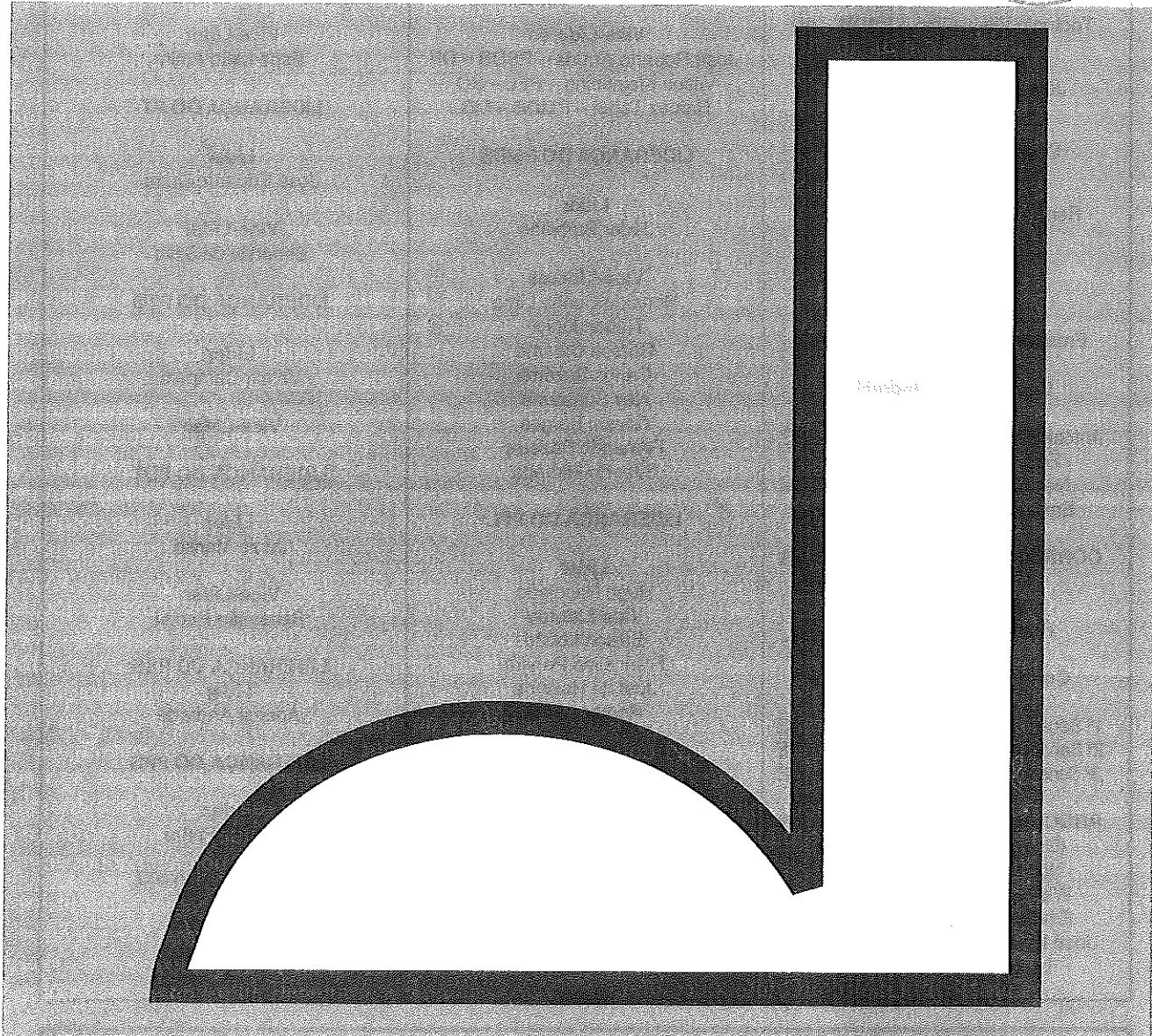




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 140

QUINTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	--

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegref</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegref</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 28ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE JULHO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.463-3, em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.464-11, em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de Julho de 1965. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.465-5, em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Ofício encaminhado por S. Ex^a, ao Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, refutando críticas feitas à candidata à Prefeitura de São Paulo, Lulza Erundina.....

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Homenagem de pesar pelo falecimento do Padre Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz. Reforma agrária no País, e especialmente, em Mato Grosso. Propondo a criação de bolsa de valores para pequenos investidores.....

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Preocupação de S. Ex^a, com a possibilidade das eleições deste ano não serem informatizadas por motivo de erro técnico. Defesa da apreciação urgente do projeto de lei de sua autoria que subor-

dina a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Congresso Nacional.....

1.2.3 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA BENEDITA DA SILVA –

Aprovação pelo Senado de projetos de lei que dispõem sobre o regime tributário e institui o estatuto da microempresa e de empresas de pequeno porte.....

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Waldeck Ornelas, proferido na sessão de 30.7.96. (replicação)

13382

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 25 de julho de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...

13386

Ata da 27ª Sessão Não-Deliberativa, realizada em 30 de julho de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....

13388

4 – ATA DE COMISSÃO

4ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 28 de março de 1996 (replicação)

13389

5 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 1º a 31 de julho de 1996, e correspondência expedida.....

13391

Resenha das matérias apreciadas pelo Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho de 1996, e correspondência expedida.....

13404

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 928 a 941, de 1996

13405

7 – MESA DIRETORA

8 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

13372

13372

13373

13374

13377

Ata da 28ª Sessão não Deliberativa em 31 de julho de 1996

2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Júlio Campos, Emandes Amorim e Jefferson Péres.

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-3, adotada em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	1.Nabor Junior
Ronaldo Cunha Lima	2.Gerson Camata
	PFL
Francelino Pereira	1.José Bianco
Waldeck Ornelas	2.Odacir Soares
	PSDB
Sérgio Machado	1.Geraldo Melo
	PSB
Antônio Carlos Valadares	1.Ademir Andrade
	PPS
Roberto Freire	1.Deputados
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
José Carlos Aleluia	1.Vilmar Rocha
João Mellão Neto	2.Paulo Cordeiro

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)

Sandro Mabel	1.Oscar Andrade
--------------	-----------------

Bloco (PPB/PL)

Valdomiro Meger	1.Odelmo Leão
-----------------	---------------

PSDB

Nelson Otoch	1.Ildemar Kussler
--------------	-------------------

PDT

Matheus Schmidt	1.Sílvio Abreu
-----------------	----------------

PSB

Alexandre Cardoso	1.Ricardo Heráclio
-------------------	--------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 31-7-96 - designação da Comissão Mista

Dia 1º-8-96 - instalação da Comissão Mista

Até 3-8-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-8-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 27-8-96 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.464-11, adotada em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	1.Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	2.Gerson Camata
	PFL
	1.Odacir Soares
	2.Jonas Pinheiro

	PSDB	Titulares	Senadores	Suplentes
Sérgio Machado	PPB	1.Geraldo Melo	PMDB	
Epitácio Cafeteira	PSL	1.Esperidião Amin	Jáder Barbalho Ronaldo Cunha Lima	1.Nabor Júnior 2.Gerson Camata
Romeu Tuma		1.Deputados		PFL
Titulares	Suplentes			1.Bello Parga 2.Júlio Campos
	Bloco (PFL/PTB)			
Régis de Oliveira		1.José C. Coutinho	PSDB	1.Geraldo Melo
Paulo Bauer		2.Cláudio Cajado	PDT	
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)		Sebastião Rocha	1.Darcy Ribeiro
Geddel Vieira Lima		1.Max Rosenmann	PT	
	Bloco (PPB/PL)		Eduardo Suplicy	1.Lauro Campos
Ibrahim Abi-Ackel	PSDB	1.Jarbas Lima	Deputados	
Jovair Arantes		1.Zulaiê Cobra	Suplentes	
Aldo Rebelo	PC do B	1.Inácio Arruda	Bloco (PFL/PTB)	
Sérgio Arouca	PPS	1.Augusto Carvalho	Magnó Bacelar José Carlos Aleluia	1.Rogério Silva 2.Samey Filho
			De Velasco	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
			Eraldo Trindade	1.Eudoro Pedroza
			José Thomaz Nonô	Bloco (PPB/PL)
			Fernando Gabeira	1.Agnaldo Timóteo
			Bosco França	PSDB
				1.Nelson Otoch
				PV
				1
				PMN

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 31-7-96 - designação da Comissão Mista

Dia 1º-8-96 - instalação da Comissão Mista

Até 3-8-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-8-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 27-8-96 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.465-5, adotada em 26 de julho de 1996 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 31-7-96 - designação da Comissão Mista

Dia 1º-8-96 - instalação da Comissão Mista

Até 3-8-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-8-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 27-8-96 - prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Júlio Campos, Srs e Srs. Senadores, estou enviando, nesta tarde, o seguinte ofício ao Exm^o Sr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ministro das Comunicações, diante do comportamento de S. Ex^a em solenidades, nas quais procurou usar da sua condição de Ministro para falar a respeito de fatos que não correspondem à verdade.

Prezado Ministro Sérgio Motta:

Na condição de cidadão brasileiro e paulistano, Vossa Excelência tem todo o direito de estar expondo o seu ponto de vista em defesa do candidato de seu partido para a prefeitura de São Paulo. É claro que tem toda a liberdade de fazer as críticas que avaliar procedentes aos candidatos adversários. Como Ministro das Comunicações do Governo Fernando Henrique Cardoso, entretanto, Vossa Excelência tem que ter a responsabilidade, primeiro, de estar bem informado e, em segundo, de falar a verdade.

Pela segunda vez, em cinco dias, Vossa Excelência aproveitou-se da circunstância de estar falando em cerimônias oficiais, perante os meios de comunicação, para atacar a candidata à prefeitura pela coligação "Sim por São Paulo", a ex-prefeita Lúiza Erundina de Sousa. A primeira deu-se no Palácio dos Bandeirantes, durante o lançamento do programa de telefonia comunitária da Telesp, e a segunda, no Ministério das Comunicações, por ocasião da recepção aos nossos atletas premiados nas Olimpíadas de Atlanta. Considero que suas palavras constituem-se em grave distorção da realidade: "Não queremos um boneco de prefeito, não queremos quem já foi prefeita e abandonou a prefeitura com os piores índices sociais, e nem um explorador da credibilidade popular."

A evolução dos principais indicadores sociais estreitamente relacionados ao trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante os anos 1989-1992, gestão de Lúiza Erundina, demonstra uma significativa melhora em praticamente todos os indicadores sociais, de acordo com le-

vantamento da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo, SEADE.

Especialmente aqueles que estavam sob influência da ação direta da Prefeita Lúiza Erundina de Sousa.

Assim, conforme demonstra a tabela anexa, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 34,77, em 1988, último ano da gestão Jânio Quadros, para 25,23 por mil nascidos vivos, em 1992, apresentando um decréscimo consistente em cada ano da gestão Lúiza Erundina.

Na tabela abaixo, Sr. Presidente, vou agora citar os dados ano a ano. Taxa de mortalidade infantil em 1988, 34,77; 1989, 31,02%; 1990, 30,90%; 1991, 26,03; 1992, 25,23%.

O número de leitos governamentais em hospitais municipais cresceu de 1.826, em 1988, para 2.645, em 1992, apresentando um crescimento constante ano a ano.

O número de matrículas na rede municipal de Primeiro Grau cresceu de 420.793, em 1988, para 497.400, em 1992. Por sua vez, a taxa de reprovação no ensino público municipal de Primeiro Grau caiu de 18,93% para 11,06% respectivamente.

Por outro lado, por respeito à verdade, é importante que V. Ex^a considere que, dos 18 projetos brasileiros escolhidos pela Secretaria de Políticas Urbanas - Sepurb -, do Ministério do Planejamento, para representar o País na Conferência da ONU, Habitat II, em Istambul, em 1996, 8 foram implantados por prefeituras do PT, muito embora o Partido dos Trabalhadores, de Lúiza Erundina, seja responsável diretamente por apenas 52 administrações municipais no Brasil.

Um dos projetos que ali mereceram destaque foi justamente a construção de habitações populares, através de mutirões, durante o Governo Lúiza Erundina, conforme apresentado pelas arquitetas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik. Acabaram sendo 19 os projetos brasileiros apresentados na Cúpula Mundial das Cidades, uma vez que também o projeto de Santos, relativo à política de atendimento de crianças em situação de risco, da prefeitura de David Capistrano, do PT, também foi escolhido diretamente pelas Nações Unidas.

É importante que V. Ex^a tenha preocupação social, pois, quando fala, parece que

mexe um pouco com os brios do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, recomendo que esteja ressaltando a evolução dos índices de desemprego na grande São Paulo e no Brasil, conforme os dados divulgados pela Fundação SEADE e DIEESE, e pelo IBGE, desde o início de 1995. Para a grande São Paulo, a taxa de desemprego aberto passou de 5,08%, em janeiro de 1995, para 6,98%, em maio de 1996, conforme o IBGE. Segundo a Fundação SEADE-DIEESE, a taxa de desemprego aberto passou de 8,6%, em dezembro de 1994, para 10,7% da população economicamente ativa em junho de 1996. Considerando o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, a taxa geral de desemprego alcançou 16,2%, nível recorde, em junho último. Infelizmente, o agravamento do problema do desemprego não atinge apenas a região metropolitana de São Paulo, mas todo o Brasil.

Continuo à disposição de V. Ex^a para uma conversa sobre como contribuir para que o Brasil deixe de ser o campeão mundial da desigualdade. Sinto que estejam sempre considerando que outros assuntos sejam mais importantes do que esse.

Respeitosamente,
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Gostaria de salientar que conheço o Ministro Sérgio Motta desde o tempo em que éramos estudantes. Ele freqüentava a Faculdade de Engenharia Industrial - FEI -, da PUC, em São Paulo, e eu Presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas.

Sérgio já era um grande articulador político àquela época. Foi uma das pessoas que, em 1962, articularam para que José Serra fosse Presidente da UEE - União Estadual dos Estudantes -, num congresso, em Valinhos. Fui uma das pessoas que contribuíram para a eleição do então candidato à presidência da UEE, em 1963, em um congresso da UNE, em Santo André. Novamente lá estava Sérgio Motta, também auxiliando a vitória de José Serra para Presidente da UNE, ocasião em que ambos pertenciam à Ação Popular. Eu não pertencia a qualquer dessas organizações, era independente. Mas eu tinha afinidade com muitas dessas proposições, por exemplo, com respeito à questão de justiça social no País. Por isso, à época, votei em José Serra para Presidente da UNE.

Em 1964, tendo sido decretado o fim do processo de representação da organização das entidades estudantis, pelo Governo Castello Branco e pelo então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, ele quis proibir a existência dos Centros Acadêmicos - da UEE, da UNE. Ainda que primo em segundo grau de meu pai, tínhamos sérias divergências.

Como Presidente do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, da Escola de Administração de Empresas, participei do encontro da UEE, que não era considerada entidade reconhecida pelo Governo Castello Branco. Foi nessa época que me aproximei um pouco de Sérgio Motta. Ele inclusive relembra que nos encontramos, quando recomendou que me procurasse - eu era da FGV - para ser membro da entidade e fui eleito 2º vice-Presidente da UEE. Nessa ocasião, primórdios do regime militar, a UEE já se encontrava mais ou menos em regime semiclandestino.

É com esse senso de companheirismo que envio essa carta ao Ministro Sérgio Motta.

Ressalto que, durante o primeiro semestre, insisti com S. Ex^a para que tivéssemos um diálogo sobre as questões relativas à desigualdade social; gostaria de saber como contribuir para resolver esses problemas. Embora S. Ex^a seja Ministro das Comunicações, sempre tratou dos assuntos relacionados às questões sociais. Foi ele quem, no ano passado, chamou a atenção do Comunidade Solidária e disse que não estava havendo ações contundentes que viabilizassem o programa, para transformar o estado de coisas do País. E usou, inclusive, termos fortes nesse sentido.

Com esse espírito de companheirismo, repito, que eu disse que gostaria de conversar sobre o tema. Mas S. Ex^a tem procurado adiar o encontro.

Como entrou nessa seara, resolvi enviar-lhe essa carta hoje, a fim de que, quando tratar da questão social, sobretudo na campanha eleitoral, em São Paulo, que o faça expressando a verdade e jamais distorcendo fatos importantes.

O fato concreto - e a população de São Paulo hoje o reconhece - é que Luíza Erundina de Sousa foi uma Prefeita que se preocupou com as questões sociais, que conseguiu baixar os índices de mortalidade infantil, que conseguiu aumentar sobremaneira o número de leitos hospitalares, que abriu seis hospitais, que diminuiu a evasão, a repetência escolar, Luíza Erundina construiu mais habitações do que qualquer dos prefeitos anteriores, inclusive do atual. Houve algo forte, reconhecido por todos, na gestão

Luíza Erundina e que a levou novamente a ser candidata à prefeita: a preocupação em melhorar a educação, a saúde, com propostas novas, como por exemplo a do bilhete único.

Segundo essa proposição - e há experiências em outras cidades do mundo, como São Francisco, Milão e todas as cidades italianas - qualquer pessoa que toma um ônibus em um ponto da cidade pode andar por cerca de duas horas com um único bilhete e transferir-se de uma linha para outra ao preço de uma tarifa módica. A Prefeita Luíza Erundina, também levando em conta as experiências positivas do Governo do Distrito Federal, do Governador Cristóvam Buarque; de Ribeirão Preto, de Antônio Palocci; de Sertãozinho, do Waldir Trigo; de Campinas, de José Roberto Magalhães Teixeira; propõe a instituição em São Paulo de um Programa de Garantia de Renda Mínima relacionada à educação. O candidato Francisco Rossi e o seu vice, Marcos Cintra, resolveram dizer que não concordam com tal proposição. Eles não entenderam que se trata de um direito à cidadania, que se trata de uma proposta que vem transformando o Brasil em muitos os lugares. Até mesmo em Manaus, onde os candidatos não são do PT, há proposta de instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima. Em Boa Vista, a Prefeita Teresa Jucá, conforme anunciou o Senador Romero Jucá, instituiu a bolsa-escola, implantada nos moldes do Governo Cristóvam Buarque - aliás esse projeto foi considerado pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford como um dos que mais se destacou para transformar a realidade social no Brasil.

Assim, Sr. Presidente, ressalto que falar de Luíza Erundina na tribuna do Senado Federal é falar de um tema nacional. Não é à toa que a disputa em São Paulo está repercutindo em todo o Brasil. É bom que o Senado e os Senadores saibam que Luíza Erundina encontra-se à frente dos demais candidatos. As pesquisas de opinião dão a ela índices de votação da ordem de 27, 28 e 33%, o que nos leva a acreditar na sua vitória. Se os adversários quiserem combatê-la, que o façam falando fatos verdadeiros, e não distorcendo-os.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, por cessão do Senador Bernardo Cabral.

S. Ex^a tem a palavra por vinte minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna do Senado Federal na tarde de hoje. O primeiro deles é um fato ocorrido ontem em Mato Grosso: o falecimento do Padre Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz. Salesiano de Dom Bosco, mato-grossense, nascido há 83 anos na cidade de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, destacou-se não só como professor emérito do Colégio Salesiano São Gonçalo de Cuiabá, do qual fui aluno do admission até o segundo ano científico, como também como diretor de colégio, representante da Funabem, órgão do Ministério da Justiça, durante mais de 20 anos, em Mato Grosso, presidente do Conselho Estadual de Educação durante longas décadas, membro emérito da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O Padre Pombo, como era conhecido em todo o Estado de Mato Grosso, e também no Brasil, fez uma incursão breve pela política em 1978, quando teve a primeira eleição após a divisão territorial de Mato Grosso, efetuada pela Lei Complementar nº 31, de 1977. O Padre Pombo disputou pelo antigo MDB a eleição a senador da República, mas, na soma de sublegendas, a Arena elegeu o então Senador Vicente Porto.

Posteriormente, em 1982, o Padre Raimundo Pombo disputou comigo o Governo de Mato Grosso - era o Professor contra o aluno. Tive o privilégio de ser o candidato do PDS ao Governo de Mato Grosso, enfrentando aquele aguerrido Padre Salesiano e homem de letras - muito culto o Padre Raimundo Pombo -, na disputa pelo Governo de Mato Grosso. Na época, ele tinha 68 anos de idade, e eu ainda muito jovem, com 35 anos de idade. Foi uma batalha das mais renhidas da história política de Mato Grosso. Tive a honra de ser eleito por uma diferença de pouco mais de 15 mil votos em cerca de 500 mil eleitores naquele pleito. Mesmo sendo contendores, tendo disputado o cargo de Governador e ganho as eleições pela vontade livre e soberana do povo, nunca tivemos nenhuma dificuldade de relacionamento pessoal. Tanto é verdade que, como Governador do Estado, mantive-o na condição de membro do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, embora muitos dos meus correligionários, na época, até achassem que não devíamos ter tomado essa atitude. Não me arrependo, como Governador do Estado, de ter dado a ele a oportunidade - mesmo tendo sido meu adversário político e contendor naquele

pleito - de continuar presidindo o Conselho Estadual de Educação.

Após aquele período, em 1986, novamente já fora do PMDB, disputou a vaga de Senador, mas sem a sublegenda. Teve expressiva votação, mas não conseguiu, mais uma vez, vir para o Senado Federal representar o Estado do Mato Grosso como era o seu desejo e seu sonho de homem mato-grossense.

Retomando às atividades religiosas, nos últimos 3 anos, após um derrame cerebral, passou a morar no Patronato Santo Antônio, onde se faz a formação de padres salesianos em Mato Grosso. Na humildade de seu quarto, fiz a ele uma visita. Ele, bastante emocionado, embora com alguns problemas em parte do seu corpo, embora com o lado esquerdo paralisado, completamente lúcido contou-me a história viva de Mato Grosso. Deu-me muitos conselhos, dizendo estar feliz em receber a minha visita, pois demonstrei não só a nossa amizade e gratidão como aluno, mas o nosso espírito elevado de adversário político e de novo correligionário.

Nas eleições de 1990 - lembro-me - ele fez questão de, durante o horário político eleitoral, declarar o seu voto para Júlio Campos ao Senado Federal. Disse também que votaria no meu irmão, o empresário Jaime Campos para Governador de Mato Grosso, que depois lhe honrou com a Comenda da Ordem do Mérito de Mato Grosso, na categoria de Grande Oficial.

É por isso que, nesta oportunidade, em meu nome, em nome da Bancada de Mato Grosso, quero registrar, nos Anais do Senado, o falecimento desse grande homem público e religioso mato-grossense e dizer da perda sofrida pelo nosso Estado com a morte do Padre Raimundo Pombo.

Tenho certeza de que falo, em especial, em nome dos Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra, que hoje, se aqui estivessem, estariam dando também os seus depoimentos sobre a vida íntegra do Padre Raimundo Pombo. Fomos adversários políticos, mas jamais deixamos de ter o respeito um pelo outro e, da minha parte, a admiração de um ex-aluno para com o professor.

Portanto, quero assinalar, da tribuna do Senado, os meus sentimentos por essa perda do povo mato-grossense, que, tenho certeza, também foi grande para a missão salesiana de Mato Grosso, a qual já desempenhou grande trabalho em prol da educação, não só dos brancos como, também, dos povos indígenas do meu Estado. A missão salesiana

de Mato Grosso, da qual Padre Raimundo Pombo pontificava como um dos seus grandes líderes, de ontem está enlutada. Tenho certeza absoluta de que Deus, misericordioso como é, já terá, neste instante, ao seu lado, a figura desse grande religioso, desse grande sacerdote, desse grande Professor de Português, de Matemática, de Geografia, de Geometria, uma verdadeira enciclopédia, desse intelectual que foi o Padre Raimundo Pombo, que, para privilégio nosso, ocupava a Cadeira nº 4 da Academia Mato-grossense de Letras, substituindo a figura inolvidável de D. Francisco de Aquino Correia, o princípio da poesia mato-grossense, que foi Arcebispo de Cuiabá.

Nesta oportunidade, envio aos integrantes da missão salesiana de Mato Grosso e aos familiares de Padre Raimundo Pombo os nossos mais profundos sentimentos.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Ouço com atenção o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Júlio Campos, solidarizo-me com V. Ex^a nas condolências ao Padre Raimundo Pombo. Gostaria de aproveitar esta oportunidade, uma vez que V. Ex^a estava viajando nos dias da semana passada, quando do prosseguimento àquilo que foi o resultado de um diálogo nosso na sexta-feira da semana retrasada. Na ocasião, V. Ex^a havia feito um discurso analisando os procedimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e falando da reforma agrária. Sugerí que tivéssemos um debate no Senado relativamente à questão da terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da reforma agrária, com representantes dos trabalhadores e das entidades representativas dos agricultores. Na semana passada, dando prosseguimento à idéia acolhida por V. Ex^a em seu pronunciamento, fiz o requerimento e liguei para o seu gabinete, recebendo a informação de que estava viajando naquele dia. Mostrei o requerimento a inúmeros Senadores, e todos eles fizeram questão de assiná-lo. O requerimento foi entregue à Comissão de Assuntos Econômicos para consideração; o Senador Gilberto Miranda, na medida em que apenas cerca de 11 membros estiveram presentes à Comissão, na quarta-feira passada, preferiu que o mesmo fosse votado com quorum na próxima semana. Estou falando sobre esse requerimento, o qual é resultado de nosso diálogo, porque gostaria muito que V. Ex^a também o assi-

nasse antes da votação do mesmo, que se dará na próxima terça-feira.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy - Recordando, esse requerimento propõe que, numa reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, sejam convidados para um debate o Presidente da Contag, Francisco Urbano; o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Antônio Ernesto Werner de Salvo; o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Marcos Suplicy Hafers; os coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, João Pedro Stédile e Gil Mauro; e o Sr. Francisco, Presidente da Federação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - COAGRE, além dos Ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, Raul Jungmann e Arlindo Porto, conforme tínhamos aqui explicitado. O requerimento já está colocado à consideração e seria importante que no mesmo constasse a assinatura de V. Ex^a, porque se trata de uma iniciativa nossa, conjunta.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - A reunião para o debate está proposta para o dia 12 e há diversos convidados; se todos estiverem de acordo, a semana programada seria essa, pode ser também no dia 13 ou 14. Mas gostaria que, na ocasião, V. Ex^a estivesse presente.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Estarei. Fez muito bem V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, em dar prosseguimento àquele nosso entendimento, porque o assunto da reforma agrária é urgente, e a minha ausência não seria motivo para que se postergasse a apresentação do requerimento; tinha V. Ex^a toda a minha autorização nesse sentido.

Vou procurar a Comissão de Assuntos Econômicos, onde está o requerimento, para nele colocar a minha assinatura. Estaremos não só participando, como também ajudando a viabilizar essa reunião conjunta das duas Comissões: a de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, para discutir, no Senado Federal, o problema da reforma agrária, assunto urgente, que irei abordar ainda no meu pronunciamento. Em Mato Grosso existe até ameaça de invasão do Palácio Paiaguás, por falta de cumprimento dos compromissos assumidos há um ano pelo INCRA com os sem-terra do meu Estado, que lá estão desde essa época, em acampamentos provisórios.

Acredito que este assunto é importante, é urgente e é prioridade do Governo Fernando Henrique. Se Sua Excelência realmente quiser investir no social, o assunto da reforma agrária tem que ser via-

bilizado a curto prazo, ainda mais num Estado como Mato Grosso, que tem muita terra para assentar não só os sem-terra do Estado, como todos os sem-terra do Brasil, já que possui 900 mil quilômetros quadrados de superfície, que representam quatro vezes o Estado de São Paulo em terras, das quais 80% delas são altamente agricultáveis num projeto de colonização, num projeto de assuntos fundiários.

O Sr. Eduardo Suplicy - Aliás, Senador Júlio Campos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra está solicitando a mim, e acredito que a V. Ex^a também, para irmos a Mato Grosso dialogar com os participantes da passeata de mais de mil pessoas que está se encaminhando na direção de Cuiabá, para ali se encontrar com o Governador e com o INCRA e discutir como assegurar que se realizem os assentamentos e a reforma agrária. Aqui está uma oportunidade para analisarmos a natureza do movimento: propugnam pela não-violência, propugnam por um ato simbólico, uma passeata, uma caminhada por centenas de quilômetros, para chamar a atenção das autoridades, em todos os níveis, para que se efetivem os assentamentos, a reforma agrária.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o outro assunto que trago, na tarde de hoje, ao Senado, é este pronunciamento relacionado com a criação de Bolsas de Valores para os pequenos investidores do País.

Em diversos lugares do mundo, o capitalismo tem-se tornado mais popular e democrático por meio da participação de pequenos e médios poupadore que investem em ações de companhias de vários tamanhos. Em alguns países da Europa e, em especial, nos Estados Unidos, há muito tempo que a população tem o costume de destinar grande parte de suas economias para a compra de ações; ao contrário do que acontece no Brasil, onde a Bolsa de Valores é vista como um lugar exclusivo de grandes capitalistas, espaço para grandes jogadas e manipulações, que não merece a confiança do pequeno investidor.

A bem da verdade, não podemos culpar o aplicador brasileiro por ter essa imagem desfavorável de nossas Bolsas, uma vez que elas têm sido, não poucas vezes, objeto de fraudes nas últimas décadas, acarretando prejuízos consideráveis para alguns investidores. Mas esse é apenas mais um triste capítulo da ineficiência de nosso Poder Judiciário, que parece considerar as pessoas de posses isentas do império da lei, bem como as penitenciárias,

locais destinados exclusivamente a abrigar pessoas sem recursos, que não podem arcar com as despesas de um bom advogado.

Deixando de lado, por ora, este assunto referente à impunidade no Brasil, que nos exaspera a todos, o que desejo tratar no presente momento, contudo, é a necessidade de que criemos, no Brasil, mercados secundários onde se transacionem ações de pequenas e de médias empresas. A relevância da iniciativa em favor desse tipo de mercado secundário de ações não está somente na maior democratização do capital das empresas brasileiras, motivação a que aludi um pouco antes, mas também, e fundamentalmente, na expectativa de que isso acarrete a possibilidade de que as pequenas e médias empresas brasileiras possam contar com uma fonte importante de financiamento para suas atividades e, dessa forma, escapar do proibitivo mercado de empréstimos bancários, cujas taxas de juros, verdadeiras assassinas, estão na estratosfera, de 8% a 10% ao mês.

Acompanharíamos, nesse particular, a tendência que se está delineando cada vez mais forte nos países europeus. Em Londres, a **Alternative Investment Market** festejou seu primeiro aniversário no mês passado; em Paris, a Bolsa local, com as características mencionadas, chamadas **Nouveau Marché**. Está previsto também o surgimento de Bolsas secundárias de ação de pequenas e médias empresas na Alemanha, na Bélgica, na Itália. Em setembro, aliás, começa a operar uma Bolsa pan-europeia, em sintonia com o desejo demonstrado de unificar as regras financeiras e os mercados de valores em toda a União Europeia, chamada EASDAQ.

A grande vantagem das Bolsas secundárias de ações de segunda linha é que elas permitem maior liquidez para essas ações, que, normalmente, têm seu acesso impossibilitado às grandes Bolsas de Valores, as quais fazem exigências de volume de capital que as pequenas e médias empresas, pelo fato de serem pequenas e médias, não conseguem jamais alcançar. Assim, as pequenas e médias empresas contam somente com o mercado bancário de empréstimos para levantar recursos para investimento. No caso do Brasil, como já disse, os juros proibitivos praticamente inviabilizam essa única alternativa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, eu gostaria de lançar em solo pátrio essa idéia fecunda em favor do surgimento de Bolsas secundárias para ações de segunda linha em todo o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, eu queria aproveitar esta sessão para falar sobre dois assuntos. O primeiro é apenas o registro de uma preocupação, a partir de notícias que estamos lendo nos jornais, acerca da possibilidade das eleições do dia 3 de outubro não virem a ser efetuadas, nas capitais, de maneira informatizada, como estava previsto inicialmente. Consideramos que a informatização das eleições brasileiras é um passo decisivo no caminho de, se não evitar, pelo menos limitar, drasticamente, a possibilidade de fraude.

Tive a oportunidade de registrar da tribuna do Senado que no meu Estado, Sergipe, houve uma fraude comprovada. Depois do processo de recontagem, houve uma modificação da composição da Assembléia Legislativa daquele Estado. Infelizmente se comprovou a fraude, se corrigiu o erro, mas não se apurou e nem se puniu os responsáveis pela mesma.

Agora li as notícias de que, em função de erros ou de falhas na máquina de votar, há a possibilidade de se não implementar essa votação informatizada nas capitais. Desejo manifestar nosso estranhamento, primeiro porque o **software** para essa votação é relativamente simples, não é nenhum bicho-de-sete-cabeças, e poderá ser corrigido até o período das eleições; a máquina propriamente dita também é relativamente simples. Surpreende-me ver que em função de problemas com as máquinas, particularmente nas simulações acontecidas em Curitiba - li, nos jornais, que até estavam culpando o clima de Curitiba pelo fato desses problemas -, máquinas que foram compradas, parece-me, por R\$70 milhões, estas não sejam utilizadas. Quero crer que, em função até da simplicidade tanto da máquina quanto do **software**, seja perfeitamente possível se corrigir esses erros, essas falhas que vêm sendo detectadas para que as eleições nas capitais sejam realizadas de maneira informatizada. Seria um retrocesso muito grande se isso não viesse a acontecer no próximo dia 3 de outubro.

Mas o assunto principal que eu gostaria de voltar a falar, pela enésima vez, nesta Casa, é que vejo que o nosso projeto, que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização legislativa do Congresso Nacional, está novamente na pauta para o dia 14 de agosto. Espero que desta vez o projeto seja votado - aprovado, arquivado ou modificado -, pois sinceramente não dá mais para se adiar a votação dessa matéria, já que esse projeto passou por três Comissões e tem parecer favorável de duas delas: Comissões de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e desfavorável de outra: a Comissão de Infra-estrutura. Nesta Comissão existe um substitutivo de autoria do Senador Vilson Kleinübing que, na prática, acaba com o projeto, porque parte do princípio que a Vale será privatizada e simplesmente estabelece a obrigatoriedade do Senado receber, com 30 dias de antecedência, a cópia do edital de privatização. Se o Senado não gostar do edital, nada pode fazer, porque, mantida a atual legislação, cabe ao Executivo essa privatização. Além disso, o substitutivo do Senador Vilson Kleinübing estabelece que os recursos da privatização da venda da Vale do Rio Doce sejam aplicados em infra-estrutura prioritariamente nos Estados onde a empresa já atua.

Já tive a oportunidade de tecer comentários sobre esse substitutivo, mas espero que pelo menos no dia 14 de agosto o projeto venha a ser votado e não cheguem novos requerimentos de adiamento. Talvez, agora, haja um requerimento sob a alegação de que a Vale do Rio Doce exporta muito, para que a Comissão de Relações Exteriores analise; talvez se solicite que a Comissão de Educação analise o projeto, sob a alegação de que o fundo de desenvolvimento da Vale do Rio Doce é aplicado à construção de escolas em muitos municípios; ou talvez surjam outras manobras protelatórias.

Entendo que não dá mais para o Senado continuar adotando a política de avestruz em relação a essa matéria e deve deliberar, de maneira definitiva, se quer ou não ter a palavra final sobre essa questão, pois o processo de avaliação da companhia já está sendo praticamente concluído, inclusive o valor a que o consórcio chegou é inferior ao valor da Companhia Vale do Rio Doce em Bolsa - que está em torno de R\$12 bilhões.

O Plano Plurianual feito pelo Governo Federal, que previa recursos para investimentos em infra-estrutura, estabelece como preço possível da Companhia Vale do Rio Doce R\$14 bilhões e o consórcio chega a um valor de R\$10 bilhões.

Se considerarmos que a União detém apenas 51% das ações, o que vai ser arrecadado com a venda da Companhia Vale do Rio Doce é apenas R\$5 bilhões; ou seja, menos que um Banco Nacional.

Como o nosso mandato é de mais 6 anos, quero fazer um registro para que conste nos Anais do Senado Federal, porque possivelmente daqui a 3 ou 4 anos vou voltar a esta tribuna para lembrar este registro.

Nos Diários Oficiais de 22 e 24 de julho, foi publicada uma série de alvarás de pesquisa concedidos à Companhia Vale do Rio Doce. Na segunda-feira, dia 22, existem 53 alvarás de pesquisa e, na quarta-feira, dia 24 de julho, existem 35 alvarás de pesquisa, todos eles concedidos à Vale do Rio Doce para que ela pesquise ouro no Estado do Ceará pelos próximos 3 anos.

Como conheço um pouco, até por formação profissional, a geologia do Estado do Ceará, sei que existem indícios bastante positivos da ocorrência de ouro lá. À medida que a Vale do Rio Doce, com toda a sua competência técnica, passa a pesquisar ouro naquele Estado, posso afirmar com bastante segurança que possivelmente daqui a 3 ou 4 anos vamos ler nas manchetes dos jornais a descoberta pela Vale do Rio Doce de uma grande jazida de ouro no Estado do Ceará. E, com certeza, essa jazida, que provavelmente já existe e só não foi descoberta, não vai entrar, naturalmente, no processo de avaliação da empresa que chegou a esses R\$3 bilhões.

Daqui a 3 ou 4 anos, estaremos aqui dizendo que a Vale do Rio Doce poderia ter sido vendida por um preço mais alto porque se descobriu mais toneladas de ouro, de manganês, de ferro e de outros bens minerais. E caso o Senado mantenha a mesma postura de avestruz que vem adotando até agora, vamos apenas poder ter, não o prazer porque não será um prazer, mas a oportunidade de registrar que numa sessão esvaziada, no dia 31 de julho de 1996, alguém fez este registro no plenário do Senado, alertando à Nação brasileira para esse verdadeiro crime que se vai cometer contra o nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - A Srª Senadora Benedita da Silva enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao aprovar os Projetos de Lei que dispõem sobre o Regime Tributário e institui o Estatuto da Micro Empresa e Empresas de Pequeno Porte, o Senado apontou o caminho correto e deu o primeiro passo para a solução de uma das questões mais fundamentais para o nosso desenvolvimento.

Os países mais desenvolvidos dão tratamento especial às suas pequenas e microempresas porque sabem, por experiência histórica, da sua importância para o desenvolvimento econômico e social. Mas no Brasil essa questão sempre foi subestimada e relegada a um segundo plano.

Mesmo assim, e sempre abaixo de mau tempo, o setor da pequena e microempresa conseguiu crescer e se firmar na economia brasileira. Suas dimensões são conhecidas, deixando claro seu peso específico. Atualmente, existem no país cerca de 4 milhões de pequenas e microempresas, correspondendo a 98% dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e 60% da oferta de emprego.

Esse enorme universo de pequenos empreendimentos cumpre um papel social da maior importância, ao absorver a maior parte da mão-de-obra e gerar renda que fortalece o mercado interno. Ao mesmo tempo impulsiona a livre iniciativa e representa uma gigantesca escola empresarial. Tudo isso contribui para o fortalecimento da soberania nacional posto que representa a liberação da energia empreendedora do país.

É, portanto, lamentável que o país ainda não tenha uma política nacional específica para o setor.

Até o momento as pequenas e microempresas têm sobrevivido às suas próprias custas, demonstrando assim toda persistência e o espírito empreendedor de que a população é capaz.

A decisão do Senado vai ao encontro do que determina a Constituição, nos seus arts. 170 e 179, que garantem o desenvolvimento econômico fundado na livre iniciativa e soberania nacional e no tratamento diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte.

A aprovação do Estatuto que regulamenta o papel e as funções dos pequenos empreendimentos será o marco inicial de uma política estratégica para esse setor econômico. A argumentação de que as isenções tributárias sobre as pequenas empresas representariam uma queda inaceitável de receita fiscal não leva em conta os benefícios incomensuráveis que o fortalecimento desse setor vai trazer para o país. E são benefícios não apenas de natureza econômica e social, mas também política e cultural. Se, atualmente enfrentando todas as dificuldades, temos cerca de 4 milhões de pequenos empreendimentos, com a aplicação do novo estatuto será possível aumentar muito mais esse número, gerando emprego, renda, qualidade de vida, cidadania. Se a preocupação com a perda de receita fiscal fosse de fato para valer, há muito teriam se tomado providências efetivas para conter a sonegação que infelizmente é quase uma prática institucionalizada no país.

Além de aprovar e aplicar o Estatuto da pequena e microempresa, o governo deveria estimular o seu desenvolvimento com a instituição de um sistema de compras do setor público, dirigida especificamente para esse setor. Enquanto nos países desenvolvidos o percentual de compras governamentais realizadas nas micro e pequenas empresas situa-se entre 30 e 35%, no Brasil atinge apenas 5%.

A formação do Mercosul abre novas perspectivas para o setor, desde que haja uma vontade política do governo em adotar o Estatuto e apoiar a projeção externa.

Através de suas entidades, a sociedade civil fez chegar ao Senado o seu interesse pela regulamentação do setor das pequenas e microempresas e espera também encontrar eco na Câmara dos Deputados e no Presidente da República.

É a Nação brasileira que teima em desenvolver suas potencialidades e entrar no terceiro milênio como um país que soube libertar o seu povo da miséria, adotando um desenvolvimento econômico sustentado, democrático e soberano.

Muito obrigadal

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h24min)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. WALDECK ORNELAS NA SESSÃO
DE 30/07/96, QUE SE REPUBLICA POR
SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.**

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL-BA). Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Comissão Especial criada para analisar a medida provisória a que se referiu há pouco o Líder do Governo no Congresso, Senador José Roberto Arruda, aprovou, na semana passada, projeto de lei de conversão que modifica o chamado regime automotivo adotado pelo Brasil há 14 meses, que vem sendo reeditado desde então.

Em boa parte desse tempo, paralela e simultaneamente, entendimentos vêm sendo mantidos, sobretudo entre a Bancada dos Senadores dos Estados nordestinos, no sentido de que se viesse a estabelecer uma política diferenciada para as regiões menos desenvolvidas no País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Qual não foi a minha surpresa, Sr. Presidente, quando, ao ser aprovado o projeto de lei de conversão na Comissão Especial, estranhas manifestações de resistência foram enunciadas.

Há claramente nítido preconceito - eu diria até claro desrespeito - em relação ao Nordeste e aos nordestinos. Insinuam-se em negociações. Elas teriam acontecido em relação à aprovação da CPMF; teriam acontecido em relação à reeleição. Para que se tomassem medidas em defesa dos interesses do Nordeste, em defesa dos interesses dos Estados e das regiões mais pobres da Federação, é preciso que se situe o contexto exato onde se dá essa atitude.

Desde o segundo semestre do ano passado a Bancada nordestina no Senado vem se reunindo. Elaboramos um documento, levamos ao Presidente da República e dissemos claramente que o Nordeste não quer clientelismo, não quer assistencialismo, não quer procedimento fisiológico; o Nordeste quer, o Nordeste reivindica, o Nordeste exige, o Nordeste não abre mão é de uma política econômica diferen-

clada, seja no setor industrial, seja no setor agrícola. Somente dessa forma poderemos incorporar à nossa sociedade os 45 milhões de brasileiros que vivem naquela região.

Na sexta-feira retrasada, em Fortaleza, reuniemo-nos - cerca de 12 Senadores - com os dirigentes do Banco do Nordeste, que comemoravam os 41 anos de existência do Banco. Os dados econômicos e sociais da região, apresentados pelo escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste, tocaram profundamente a consciência dos Senadores que lá estavam, inclusive daqueles que não são da região Nordeste.

É necessário ressaltar que o Presidente da República reiteradamente tem manifestado que quer, sim, a desconcentração da economia; que quer, sim, uma indústria automotiva no Nordeste. E por que uma indústria automotiva? Porque se trata de um segmento símbolo da capacidade de alavancagem, dos efeitos multiplicadores da geração de empregos estáveis e de bons salários, a que os nordestinos também têm direito.

O Presidente, no seu papel de Chefe de Estado, na sua visita a Alemanha, na sua visita ao Japão e ao receber a diretoria da Chrysler, apelou para que empresas se instalassem no Nordeste. Lamentavelmente, contudo, os seus auxiliares administrativos na área própria não atribuíram a essa questão a prioridade e a urgência necessária. Com isso, fizeram com que os Parlamentares do Nordeste se mobilizassem para aprovar o projeto de lei de conversão.

E por que a urgência? Porque a maioria das empresas multinacionais que se vão implantar no Brasil já fizeram as suas opções. É preciso que se faça editar uma medida provisória, porque o Presidente da República já se comprometeu a oferecer alternativa de localização àquelas últimas empresas que restam decidir. Houve até um jornal paulista que criticou abertamente a decisão, chamando-a de golpe contra a União. Violentamente, disse que "um filósofo da escola cínica diria que se trata das consequências do desenvolvimento combinado, para não dizer globalização"; disse ainda que as Bancadas podem estar dando um golpe de morte na Federação, na medida em que atinge a União". Disse mais: "que as elites governantes do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste já não pensam mais em termos de um mercado nacional, portanto, da unidade nacional.

Segundo o jornal, "o projeto de lei de conversão concede tais isenções (especialmente imposto de importação, IPI e IOF) às indústrias que se instalarem naquelas regiões; se as de autopeças e montadoras, que estão no Sul e no Sudeste, se transferirem para lá, com certeza, a União não teria mais recursos etc..."

Vejam V. Ex^{as}: era preciso que pelo menos tivessem lido para criticar. Criticam porque vamos ter isenção de imposto de importação para o Nordeste, mas desconhecem que a medida provisória vigente dá nada menos que 90% de redução do imposto de importação para as empresas que se estão instalando no Sudeste. Quando isso acontece no Sudeste, não se atenta contra a União, é legítimo. Só é ilegítimo quando é para as regiões mais pobres.

Pois bem, estudos do Ministério do Planejamento demonstram que este ano os subsídios dados às indústrias automotivas representam algo da ordem de US\$600 milhões. Isso equivale a dois anos de FINOR, se quisermos fazer uma comparação - e logo o FINOR, que é tido como o supra-sumo dos incentivos nacionais. Mas, como disse o Senador Arruda, cada vez mais o País toma consciência de que quase 60% das renúncias fiscais da União hoje se destinam à Região Sudeste.

No entanto, ouço com satisfação a voz isenta do Professor José Roberto Ferro, da Fundação Getúlio Vargas. Segundo o Professor "os carros de luxo ali produzidos - refere-se ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste - poderão sair da fábrica custando até 48% menos, e os populares 23% menos". Isso beneficia, portanto, o consumidor brasileiro. "O que não querem, na verdade, é concorrência". Todas as desvantagens poderão ser superadas - diz o professor; mão-de-obra é treinável e até as despesas com transporte para as regiões de maior consumo poderão ser compensadas".

Estranho a reação de alguns Governadores, em particular o de Minas Gerais. Ora, logo Minas Gerais, que há 20 anos nos deu o bom exemplo e demonstrou que era possível desconcentrar o setor automotivo no Brasil. Logo Minas que é tida como ponto de equilíbrio político na Federação e que é, por conseguinte, um Estado que defende sempre as soluções equitativas e equânimes! Logo Minas que ainda tem graves desequilíbrios, como é o caso do Vale do Jequitinhonha! É preciso esclarecer. Consulto o Governador de Minas Gerais se, ao criticar os incentivos da indústria automotiva para o Nordeste,

S. Ex^a estaria também, até por uma questão de coerência, renunciando a seu assento no Conselho Deliberativo da Sudene e aos incentivos do Finor e do FNE, de que se beneficia, os quais têm sustentado a correção dos desequilíbrios da região norte de Minas, particularmente em torno do polo de Montes Claros.

Seria aconselhável que o Governador de Minas, literalmente, pusesse as barbas de molho, porque conseguiu a Mercedes para Juiz de Fora num momento em que ainda não havia a lei de incentivos fiscais estaduais estabelecida por São Paulo.

Vejo que outros também se manifestam: o Rio Grande do Sul e o Paraná. A esses quero dizer que estão se voltando contra o alvo errado; não é o Nordeste que compete com a região Sul; ao contrário, é São Paulo que, ao fazer uma lei insana de incentivos fiscais, egoísta e provinciana, suga as oportunidades e as possibilidades de crescimento econômico que a região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - teria com o acordo do Mercosul, com a formação do Bloco Regional, em que o Brasil, em uma boa hora, ingressou e que o Cone Sul, da América Latina, formalizou.

A Bancada do Nordeste aqui não votou contra a renegociação da dívida do Banespa; ao contrário, os votos do Nordeste foram suficientes e necessários para que fosse aprovado o projeto de resolução. Mas é preciso que haja bom-senso. Não fizemos isso por ingenuidade. Sabemos que, quando o Governo de São Paulo tomou irregularmente créditos de curto prazo - como são os créditos de antecipação de receita orçamentária - para financiar a duplicação da malha viária de São Paulo, criando as condições competitivas com que hoje São Paulo afronta o resto da Federação, fomos nós, todos os brasileiros, que financiamos, porque recursos de curto prazo serão agora transformados em créditos de longo prazo. São Paulo, pelo seu poder econômico, arbitrária e ilegalmente, tomou recursos para que se criasse condições que agora usa contra o restante do País.

O Sr. José Eduardo Dutra - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS - Ouço V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra - Senador Waldeck Ornelas, no início daquelas reuniões entre os Senadores do Nordeste para elaborarmos um documento

a ser entregue ao Presidente da República, o Senador Ney Suassuna, em tom de brincadeira, disse que deveríamos encontrar um nome para essa articulação de Senadores. Também em tom de brincadeira, sugeri que fosse "Frente Nordestina contra o Neoliberalismo", porque, na minha opinião, a visão neoliberal de que se deve deixar a cargo exclusivamente do mercado a resolução das desigualdades é o que leva a situações como a do Nordeste. V. Ex^a tem razão ao dizer que essa questão está impregnada do mais absoluto preconceito. V. Ex^a leu um trecho de um jornal de São Paulo; vejo outro, que foi hoje publicado em uma coluna social do jornal *O Estado de S. Paulo*, o qual diz o seguinte: "Os congressistas do Nordeste insistem em querer levar para lá as montadoras estrangeiras de automóveis. Estão completamente cegos com relação a questões práticas. Só se fala em custo Brasil, mas eles estão pouco ligando. Afinal, o Nordeste sempre custou uma fortuna ao País." O Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, tem um levantamento onde estão demonstradas as renúncias fiscais do Brasil, que muitos acreditam estarem concentradas na região Nordeste. Esse levantamento do Secretário da Receita demonstra que isso é uma absoluta inverdade. Na região Nordeste está concentrado o menor percentual de renúncias fiscais; o maior percentual está exatamente na região Sudeste, o que desmonta essa tese, que é muito propagada na região Sudeste e que está escrita, com todas as letras, aqui, nesta coluna, de que o Nordeste custa muito ao Brasil. Sem entrar no mérito - se é possível chegar-se a uma redação diferente para o projeto de conversão da questão da indústria automotiva - , sem dúvida alguma, se não houver uma política estratégica de médio e longo prazo, por parte da Nação, que tenha claro que é necessário tratar de maneira desigual realidades desiguais, o Nordeste, com certeza, vai ficar à deriva, já que as regiões Sul e Sudeste se integram ao Mercosul e, possivelmente, no futuro, a região Norte vá se integrar ao Nafta; a continuar esse processo de globalização sem que a Nação brasileira tenha qualquer controle, o Nordeste talvez vá se integrar a algum mercado com a África, talvez, algo que ainda hoje não está cogitado, em função de que são regiões do planeta onde a economia está menos desenvolvida. Queria me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a. Sabemos que temos divergências políticas bastante acentuadas, mas, nesse particular, estamos convergindo, porque acreditamos que, a

se manter essa linha geral de política econômica e industrial do Brasil, a se manter a máxima de que se deve deixar ao mercado a resolução de desigualdades, cada vez mais essas desigualdades vão se acentuar. Embora seja verdadeira, muitas vezes, a afirmação de que incentivos fiscais e créditos que seriam destinados ao Nordeste para diminuir desigualdades acabaram sendo abocanhados por setores da classe dominante nordestina, em função dessa realidade não se pode querer tratar de forma igual situações desiguais. O que é preciso é evitar que isso volte a acontecer. Existe o documento assinado por todos os Senadores da Bancada nordestina, independente de partido, porque estabelece uma proposta de política industrial para o Nordeste; é fundamental que esse entendimento venha a sensibilizar as autoridades econômicas do Brasil e mostrar, inclusive, para os que estão nos acusando de querer acabar com a Federação, que é exatamente o contrário. Entendemos que, a continuar esse tipo de política, af, sim, a Federação brasileira estaria ameaçada. Muito obrigado.

O SR. WALDECK ORNELAS - Incorporo com satisfação o aparte de V. Ex^a, que ressalta dois aspectos: de um lado, a questão do preconceito, citando um outro exemplo; aliás, a imprensa, nos últimos dias, tem sido pródiga nesses exemplos; suponho que sejam notas plantadas por interesses contrariados. De outro lado, o aparte de V. Ex^a me leva a enfatizar que, qualquer que seja o modelo econômico vigente, o papel da União é fundamental como mediador e como garantidor do equilíbrio federativo. Falarei sobre o papel do Senado um pouco mais adiante.

Quero dizer a V. Ex^a que, mesmo a Organização Mundial do Comércio, que é o gerente da globalização, abre exceção clara e expressa para os incentivos que visem à correção dos desequilíbrios regionais. É, por conseguinte, até do ponto de vista internacional, legítima a aspiração e a atitude da Bancada dos Estados nordestinos.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS - Tem V. Ex^a o aparte, Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda - Senador Waldeck Ornelas, em primeiro lugar, gostaria de registrar a legitimidade do pleito da Bancada que V. Ex^a integra. Em segundo lugar, gostaria de sublinhar que também concordo que é papel da União a arbitragem e, mais do que isso, a intermediação, no

sentido de que esses legítimos interesses das diferentes regiões do Brasil sejam harmonizados em torno de um interesse maior, que é o desenvolvimento econômico brasileiro como um todo. Por último, gostaria de pedir a V. Ex^a, que é um homem experiente, que tem uma longa história de vida pública, que nos ajudasse a construir, na questão da automotiva, não uma história de discordâncias, de guerras fiscais entre as regiões do País; ao contrário, de construir uma história de concordância, que começou a ser construída inclusive com a presença de V. Ex^a semana passada no Ministério do Desenvolvimento Regional e na Chefia da Casa Civil, com o Ministro Clóvis Carvalho. Qual é a linha de concordância? É aquela que mantém a medida provisória, os investimentos no Sudeste, mas, incontinenti, cria outros mecanismos de ação governamental capazes de levar para as regiões menos desenvolvidas novos investimentos privados, que possam alavancar essa economia regional. Estou absolutamente convencido, Senador Waldeck Ornelas, que essa linha de entendimento é a única que, como um todo, atende ao interesse nacional, porque não prejudica os investimentos que já estão chegando no Brasil, mas, por outro lado, abre novas portas de novos investimentos, absolutamente viáveis e factíveis nas regiões menos desenvolvidas. Parabenizo V. Ex^a pela atuação neste caso.

O SR. WALDECK ORNELAS - O apelo de V. Ex^a, nobre Senador José Roberto Arruda, não apenas pela atuação pessoal como também pela condição de Líder do Governo no Congresso, vem ao encontro do que deseja exatamente a Bancada nordestina.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - (Faz soar a campainha)

O SR. WALDECK ORNELAS - Peço a V. Ex^a que me dê um tempo para a conclusão. É evidente que a Bancada do Nordeste quer que aquela Região tenha também a oportunidade de desenvolver-se tanto no setor automotivo, como no de papel e celulose, bem como em todos os setores em relação aos quais o Governo Federal venha a estabelecer uma política de incentivos.

Gostaria também, Sr. Presidente, de chamar a atenção para um artigo do colunista econômico Celso Pinto, publicado no dia 23 deste mês, sobre a análise, a aposta do Banco Mundial no ajuste fiscal dos Estados. São três os Estados identificados

como os que já estão em situação de equilíbrio e, portanto, com credibilidade externa: o Ceará, a Bahia e o Paraná. Observem V. Ex^as que desses três Estados da Federação brasileira muito sintomaticamente dois deles - dois terços portanto - são Estados nordestinos.

Enquanto isso, o jornal **Gazeta Mercantil**, de sexta-feira, traz uma matéria intitulada: "Estados negociam solução para as dívidas". Os grandes Estados da Federação - Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - querem renegociar sua dívida mobiliária, dividindo-a em três partes: uma parte seria refinanciada a longo prazo, entre 30 e 40 anos; outra, seria quitada com a venda de ativos; e a terceira parte deveria ser arcada pelo Tesouro Nacional, pois alegam que a dívida cresceu basicamente por causa da política dos juros altos do Governo Federal e não da emissão de títulos.

Eu pergunto: será que a dívida contratual dos Estados mais pobres da Federação não foi também fortemente influenciada pela inflação vergonhosa com que convivemos? Mas, no momento de renegociação da dívida contratual, não houve nenhum abatimento. O pior ainda é que afirmam que as regras de renegociação da dívida mobiliária dos Estados deverão ser fixadas em medida provisória. Não, senhores, não cabe medida provisória. Pela Constituição, art. 52, IX, trata-se de competência privativa do Senado Federal. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal tem, neste momento, constituído um grupo de trabalho, que é presidido pelo Senador Osmar Dias e relatado pelo Senador Vilson Kleinübing, exatamente para discutir as bases em que devem ser negociadas a dívida mobiliária dos Estados.

Renegociar, repactuar da forma como desejam a dívida mobiliária dos Estados mais ricos não constitui - para eles - golpe contra a União; não constitui cinismo; não é golpe de morte na Federação. Mas, para nós, é uma nova forma de concentração que se deseja no Brasil. A economia privada se concentra espontaneamente, entretanto, se quer além e ademais disso, ou seja, que haja mais transferências da União para os Estados mais ricos do País.

Cabe à União, Sr. Presidente, mediar os conflitos na Federação. Mediar é criar as regras do equilíbrio. E cabe ao Senado, como Casa dos Estados, zelar pelo equilíbrio federativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATA DA 24ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
realizada em 25 de julho de 1996

(Publicada no DSF, de 26 de julho de 1996)

Retificação

Na página 13.243, nas emendas de Plenário, oferecidas no turno suplementar, ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1994 (nº 3.710/93; na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

Onde se lê:

SENADOR	NÚMERO DAS EMENDAS
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	44; 50; 66; 78 e 90
CARLOS BEZERRA	207
CARLOS PATROCÍNIO	52
CASILDO MALDANER	15; 18; 54; 58; 64 e 84
COUTINHO JORGE	27
EPITÁCIO CAFETEIRA	47; 109 e 167
ESPERIDIÃO AMIN	19; 31; 59; 68; 70; 72; 73; 74; 76; 79; 81; 85; 115 e 160
FRANCELINO PEREIRA	51; 57; 63; 1000; 131; 136; 154; 177 e 184
GERSON CAMATA	21; 22; 43; 96; 98 e 106
HUGO NAPOLEÃO	17 e 83-A
IRIS REZENDE	60; 69; 157; 199; 200; 201 e 203
JADER BARBALHO	94; 103; 113; 126; 139 e 187
JOÃO ROCHA	120 e 122
JOEL DE HOLANDA	169
JOSE EDUARDO DUTRA	01; 02; 03; 09; 20; 25; 26; 30; 33; 40; 82; 86; 87; 88; 107; 119; 194; 198 e 205
JOSE FOGAÇA	04; 12; 34 e 110
JOSE ROBERTO ARRUDA	08; 29; 65; 80; 91; 92; 93; 111; 116; 125; 142; 161; 163; 164; 165 e 186
JOSE SERRA	108; 133; 134 e 145
LUCIO ALCÂNTARA	05; 13; 35; 117; 121; 148; 159 e 162
NEY SUASSUNA	24
PEDRO SIMON	104; 114; 128; 140 e 188
REGINA ASSUMPCÃO	14; 53 e 55
ROBERTO FREIRE	67
ROMEU TUMA	06; 16; 23; 28; 32; 36; 39; 41; 45; 46; 48; 56; 62; 77; 83; 99; 129; 146; 149; 153; 168; 180; 197; 204 e 206
SÉRGIO MACHADO	11; 37; 38; 42; 49; 71; 97; 101; 105; 123; 124; 130; 132; 150; 152; 156; 166; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 176; 178; 179; 181; 182; 183; 185; 190; 191 e 193
TOTÓ CAVALCANTE	89
VALMIR CAMPELO	07; 10; 61; 75; 95; 102; 112; 118; 127; 135; 137; 138; 141; 143; 144; 147; 151; 155; 158; 189; 192; 195; 196 e 202
TOTAL DE EMENDAS	209

Leia-se:

SENADOR	NÚMERO DAS EMENDAS
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	44; 50; 66; 78 e 90
CARLOS BEZERRA	207
CARLOS PATROCÍNIO	52
CASILDO MALDANER	15; 18; 54; 58; 64 e 84
COUTINHO JORGE	27
EPITÁCIO CAFETEIRA	47; 109 e 167
ESPERIDIÃO AMIN	19; 31; 59; 68; 70; 72; 73; 74; 76; 79; 81; 85; 115 e 160
FRANCELINO PEREIRA	14-A, 51; 56-A, 57; 63; 100; 131; 136; 154; 177; 184; 199-A
GERSON CAMATA	21; 22; 43; 96; 98 e 106
HUGO NAPOLEÃO	17 e 83-A
IRIS REZENDE	60; 69; 157; 199; 200; 201 e 203
JADER BARBALHO	94; 103; 113; 126; 139 e 187
JOÃO ROCHA	120 e 122
JOEL DE HOLANDA	169
JOSE EDUARDO DUTRA	01; 03; 09; 20; 25; 26; 30; 33; 40; 82; 86; 87; 88; 107; 119; 194; 198 e 205
JOSE FOGAÇA	04; 12; 34 e 110
JOSE ROBERTO ARRUDA	08; 29; 65; 80; 91; 92; 93; 111; 116; 125; 142; 161; 163; 164; 165 e 186
JOSE SERRA	108; 133; 134 e 145
LUCIO ALCÂNTARA	05; 13; 35; 117; 121; 148; 159 e 162
NEY SUASSUNA	24
PEDRO SIMON	104; 114; 128; 140 e 188
REGINA ASSUMPÇÃO	14; 53 e 55
ROBERTO FREIRE	67
ROMEU TUMA	06; 16; 23; 28; 32; 36; 39; 41; 45; 46; 48; 56; 62; 77; 83; 99; 129; 146; 149; 153; 168; 180; 197; 204 e 206
RONALDO CUNHA LIMA	02
SÉRGIO MACHADO	11; 37; 38; 42; 49; 71; 97; 101; 105; 123; 124; 130; 132; 150; 152; 156; 166; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 176; 178; 179; 181; 182; 183; 185; 190; 191 e 193
TOTÓ CAVALCANTE	89
VALMIR CAMPELO	07; 10; 61; 75; 95; 102; 112; 118; 127; 135; 137; 138; 141; 143; 144; 147; 151; 155; 158; 189; 192; 195; 196 e 202

**ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 30 DE JULHO
DE 1996**
(Publicada no DSF, de 31 de julho de 1996)

RETIFICAÇÕES

No sumário da ata, no item 1.2.1 - Avisos de Ministros de Estado,

Onde se lê:

Nº 260/96, de 18 de julho do corrente, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 446, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade, ...

Leia-se:

Nº 260/96, de 18 de julho do corrente, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 466, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade, ...

No texto da ata, à página nº 13343, 1ª coluna, na leitura do Expediente, referente ao recebimento do aviso nº 260/96, de 18 de julho de 1996, do Ministro dos Transportes,

Onde se lê:

... Requerimento nº 446, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade ...

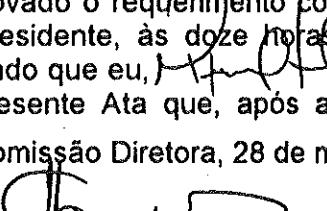
Leia-se:

... Requerimento nº 466, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade ...

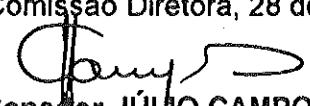
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA (*)
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1996.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de março de mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Odacir Soares, Primeiro-Secretário; Renan Calheiros, Segundo-Secretário; Levy Dias, Terceiro-Secretário; e os Suplentes Antonio Carlos Valadares e Ney Suassuna. Declarado aberto os trabalhos pelo Senhor Presidente, passa-se à apreciação da seguinte pauta: Item 1: Requerimento nº 231/96, do Senador Teotonio Vilela Filho, no qual solicita a transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "Bilhões disputam a guerra da água", publicado na Revista *The Economist*. Aprovado. Item 2: Requerimento nº 234/96, do Senador Júlio Campos, em que solicita a transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "Retirada em silêncio", publicado no *Jornal do Brasil*. Aprovado. Item 3: Requerimento nº 275/96, da Senadora Benedita da Silva, em que solicita sejam prestadas informações pela Mesa Diretora sobre o apartamento que lhe foi destinado. Aprovado. Item 4: Requerimento nº 278/96, do Senador Odacir Soares, no qual requer a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Dr. Jorge Alberto Romeiro Júnior, quando de sua posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado. Item 5: Processo nº 002514/96-6, que dispõe sobre solicitação da viúva do ex-Senador Nelson Carneiro para o resarcimento de despesas realizadas com o funeral daquele ex-Parlamentar. Aprovado. Item 6: Dispõe sobre proposições encaminhadas pela Secretaria de Documentação e Informação para que os ex-Senadores relacionados figurem na publicação, do corrente ano, do "Perfis Parlamentares dos ex-Senadores": Tancredo de Almeida Neves (proposta pelo Senador Pedro Simon); Argemiro Figueiredo (proposta pelo Senador Ronaldo Cunha Lima) e Clodomir Cardoso (minuta de proposição do Senador José Sarney). Encaminhadas as propostas ao Senador Ney Suassuna para relatar a matéria. Item 7: Processo nº 013050/95-8, que trata de solicitação do Senador Ernândes Amorim para que sua neta seja cadastrada como sua dependente para todos os fins. Decide a Comissão Diretora aprovar pleito de Sua Excelência, condicionando-o, entretanto, a apresentação de documento judicial hábil que comprove estar a sua neta sob sua guarda e responsabilidade. Item 8: Processo nº 000101/96-6 (PRODASEN), sobre Ato da Comissão Diretora propondo a prorrogação, até o mês de julho próximo, para operacionalização do SIS, pela ASSEFE. Aprovado. Item 9: Processo nº 018784/94-1, que trata de solicitação de conversão da pensão atualmente paga pelo INSS, em pensão a ser custeada pelo Plano de Seguridade Social do ex-servidor Marco Antonio Martins de Souza, do Quadro de Pessoal do PRODASEN. Designado o Senador Levy Dias para relatar a matéria. Item 10: Processo nº 001431/95-1, que dispõe sobre solicitação dos servidores do Senado, lotados no Instituto de Previdência do Congressistas, para que o tempo de serviço prestado em função comissionada naquele órgão conte para fins de pagamentos de "décimos". Procedimento já aprovado pela Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, em reunião realizada em 7 de dezembro de 1995 e parecer favorável do senhor Primeiro-Secretário, sem efeito retroativo. Aprovado. Item 11: Processo nº 000020/96-6 e

(*) Republicada por haver saído com incorreção no DSF de 12-4-96.

anexos, que tratam de solicitações da Subsecretaria de Biblioteca para a ocupação das vagas existentes decorrentes das aposentadorias na Área de Especialização de Biblioteconomia. Encaminhado o pleito ao Senador Teotônio Vilela Filho para relatar a matéria. Item 12: Processo nº 002111/96-9, que dispõe sobre proposição do Senador Ermândes Amorim. Aprovado. Item 13: Processo nº 023891/94-5, que dispõe sobre pedido de reconsideração de demissão, após conclusão de Processo Administrativo em janeiro de 1995, do senhor Expedito Eufrázio da Silva. Na análise dos autos, verificou o colegiado que em parecer do senhor Primeiro-Secretário, à época, em 21 de dezembro de 1994, concluiu-se: "À vista, entretanto, das disposições do art. 128 da Lei nº 8.112/90, e considerando os bons antecedentes funcionais do servidor levantados pela referida Comissão, bem como o resarcimento do prejuízo acima apontado, e considerando, ainda, o precedente invocado em sua defesa, relativamente aos processos nºs 013581/92-9 e 018385/92-3, nos quais a servidora em situação semelhante não foi demitida, entendendo ser cabível a diminuição de sua pena, a ser fixada em 90 dias de suspensão, conforme a Portaria nº 60, de 1994, em anexo. Assim sendo, submeto a esse Colegiado, para ratificação, a decisão de punir o servidor Expedito Eufrázio da Silva, com a penalidade de suspensão por 90 (noventa) dias. Contrário ao parecer do relator, a Comissão Diretora, em reunião ordinária de 19 de janeiro de 1995, resolveu aplicar a pena de demissão. A atual Comissão Diretora decidiu reavaliar a pena aplicada, distribuindo a matéria ao Segundo Vice-Presidente para exame e relatoria. O relator, Senador Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente, concluiu e sugere à Comissão Diretora que a pena de demissão seja transformada em pena de suspensão por 90 (noventa) dias, estabelecendo, ainda, que o decurso de prazo entre a demissão do servidor e a presente decisão (28/3/96), deduzidos os 90 (noventa) dias de suspensão, constarão em seus assentamentos funcionais como "Licença sem Vencimentos". Aprovado pelo Colegiado na forma constante do parecer do relator. Item 14: Processos nºs 022389/94-5, 001589/95-3, 0332/95-0-PRODASEN e 000707/92-9, nos quais os Senhores José Passos Porto, Osvaldo Alves de Andrade, Dória Antoninha Sautchuk Pimenta e Evandro das Neves Carreira, respectivamente, requerem, na qualidade de ocupantes exclusivos de cargo em comissão, às suas aposentadorias. A Comissão Diretora decide, preliminarmente, formular consulta sobre a matéria ao Tribunal de Contas da União, para, somente após, apreciar conclusivamente a questão. Item 15: Proposição da Senhora Diretora da Secretaria de Documentação e Informação, para que aquela Secretaria juntamente com o PRODASEN produzam CD-ROOM's correspondentes às obras "História Institucional do Senado da República" e "Perfis Parlamentares - Senador Teotônio Vilela". Aprovada a proposição. Item 16: Processo nº 001564/96-0, sobre afastamento da servidora Marcia Maria Corrêa de Azevedo, para atividades de treinamento no exterior, especificamente para o curso *Master of Public Administration (MPA) Degree in Legislative Administration* de pós-graduação, na University of New York. Aprovado o requerimento com ônus limitado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às doze horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, , Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 28 de março de 1996


Senador JÚLIO CAMPOS
Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 1º a 31 de julho de 1996

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República ..	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total	4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 1996 (nº 1.156/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *regulamenta o inciso XII, parte final, do artigo quinto da Constituição Federal.*

Sessão: 11.07.96 - Lei nº 9.236/96

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 32, DE 1996 (nº 1.287/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador e dá outras providências.*

Sessão: 18.07.96 - Lei nº 9.295/96.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 1996 (nº 259/95, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.*

Sessão: 25.07.96

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 30, DE 1996 (nº 1.087/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.*

Sessão: 25.07.96 - Lei nº 9.297/96

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	7
De iniciativa do Senado Federal	7
Total	14

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200/95, na Câmara dos Deputados) que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em Brasília, em 7 de março de 1995.*

Sessão: 03.07.96 - Decreto Legislativo nº 65/96

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202/95, na Câmara dos Deputados) que *aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.*

Sessão: 03.07.96 - Decreto Legislativo nº 64/96.

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1996 (nº 221/95, na Câmara dos Deputados) que *aprova o texto da Resolução (42) 3 da Assembléia Geral do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), adotada em sua 42ª sessão, em 12 de dezembro de 1989, pela qual se introduz emenda ao parágrafo 1º do artigo VI de seu Estatuto Orgânico.*

Sessão: 04.07.96 - Decreto Legislativo nº 66/96.

Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1996 (nº 232/95, na Câmara dos Deputados) que *aprova o texto do Convênio de Sede da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITALA), celebrado no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1995.*

Sessão: 04.07.96 - Decreto Legislativo nº 67/96

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1996 (nº 222/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 26 de maio de 1995.*

Sessão: 04.07.96 - Decreto Legislativo nº 68/96.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 70, DE 1996, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 1.329.620,07.*

Sessão: 11.07.96 - Resolução nº 53/96.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 39, DE 1996 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Resolução A.735 (18), da Organização Marítima*

Internacional (IMO), aprovada em 4 de novembro de 1993, a qual emenda a Convenção Constitutiva da IMO.

Sessão: 11.07.96 - Decreto Legislativo nº 69/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 75, DE 1996, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, no valor de SDR 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil direitos especiais de saque), equivalentes a R\$ 19.528.560,00, em 31 de março de 1996, com o aval da União, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião.

Sessão: 18.07.96 - Resolução nº 54/96.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 62, DE 1996 (nº 288/96, na Câmara dos Deputados), que aprova pedido de renovação do prazo de permanência do contingente militar brasileiro - COBRAVEM na UNAVEM-III.

Sessão: 18.07.96 - Decreto Legislativo nº 70/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 76, DE 1996, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bauru - SP a contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S. A., no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinada a execução de viadutos de ligações, sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento.

Sessão: 18.07.96 - Resolução nº 55/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 77, DE 1996, que concede ao Estado de Pernambuco elevação temporária do limite previsto no art. 4º, II, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e autoriza a contratação, por aquele Estado, de operação de crédito no valor de vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e quatro mil reais, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR.

Sessão: 23.07.96 - Resolução nº 56/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 78, DE 1996, que autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente o seu limite de endividamento, para que possa assumir a totalidade da dívida do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás - BD-GOIAS (em liquidação ordinária), perante o Sistema BNDES, no valor de oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos, considerada a data base de 30.11.95

Sessão: 23.07.96 - Resolução nº 57/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 79, DE 1996, que autoriza o Estado de Mato Grosso a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1996.

Sessão: 25.07.96 - Resolução nº 58/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 81, DE 1996, que autoriza o Município de Fontoura Xavier-RS a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e dezoito centavos, destinados à execução de projetos de moradia para população de baixa renda, no âmbito do programa PRÓ-MORADIA.

Sessão: 25.07.96 - Resolução nº 59/96

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	2
Total	2

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresa de pequeno porte, e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 26.07.96

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição.

(Decisão terminativa)

Sessão: 26.07.96

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE AUTORIDADES

De iniciativa do Presidente da República ..	3
Total	3

Parecer nº 385, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a MENSAGEM N° 182, DE 1996 (nº 536/96, na origem), de 10 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos Trabalhadores, no triênio de 1996 a 1999.

Sessão: 10.07.96

Parecer nº 402, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a MENSAGEM Nº 193, DE 1996 (nº 597/96, na origem), de 27 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **JOÃO ORESTE DALAZEN**, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, com sede em Curitiba - PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada à Magistratura Trabalhista de Carreira e decorrente da aposentadoria do Ministro Indalécio Gomes Neto.

Sessão: 10.07.96

Parecer nº 403, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a MENSAGEM Nº 194, DE 1996 (nº 598/96, na origem), de 27 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **MILTON DE MOURA DALAZEN**, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho, da 15ª Região, com sede em São Paulo - Capital, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada à Magistratura Trabalhista de Carreira e decorrente da aposentadoria do Ministro José Ajuricaba da Costa e Silva.

Sessão: 10.07.96

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

De iniciativa do Presidente da República .. 2
Total 2

MENSAGEM Nº 150, DE 1996 (nº 327/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **GERALDO AFFONSO MUZZI**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República do Benin.

Sessão: 10.07.96

MENSAGEM Nº 157, DE 1996 (nº 347/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer a de Embaixador do Brasil na Mongólia.

Sessão: 10.07.96

MATÉRIA DECLARADA PREJUDICADA E ENCAMINHADA AO ARQUIVO

Diversos nº 94, de 1995, no qual a empresa Nova Imagem Comunicação e Eventos solicita a indicação de um representante para a abertura oficial do I Encontro Paulista de Conselhos Profissionais e Ordens, nos dias 07 e 08 de agosto no Parlamento Latino Americano - Barra Funda - São Paulo, quando será entregue um documento com as sugestões dos profissionais paulistas ao Congresso Nacional.

Sessão: 02.07.96

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 644, de 1996, do Senador Iris Resende, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens pelo falecimento da ex-Deputada estadual Almerinda Arantes:

Sessão: 02.07.96

Requerimento nº 654, de 1996, do Senador Lúcio Alcântara e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 10, seja dedicado a homenagear o transcurso do octogésimo aniversário natalício do Deputado Federal André Franco Montoro.

Sessão: 09.07.96

Requerimento nº 684, de 1996, do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Lourenço Antônio Galleti, esposa e filho:

Sessão: 15.07.96

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de julho de 1996)

Matérias aprovadas:

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	14
• Acordos internacionais.....	7
• Operações de crédito	7

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	2
• Projeto de Lei apreciado nas comissões, em decisão terminativa.....	2
Mensagens relativas a escolha de Autoridades	3
Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas.....	2
Total de matérias aprovadas	25

Matérias enviadas ao arquivo:

Matéria declarada prejudicada e encaminhada ao arquivo	1
Total de matérias enviadas ao arquivo.....	1

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(15 de fevereiro a 31 de julho de 1996)**

Matérias aprovadas:

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	27
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	125
• Acordos internacionais.....	29
• Concessões de rádio e TV	42
• Operações de crédito	49
• Assuntos administrativos	1
• Propostas de Emenda à Constituição	3
• Suspensão de execução de Lei	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	50
• Projetos de Lei apreciados pelo Plenário	35
• Projetos de Lei apreciados nas comissões, em decisão terminativa.....	14
• Proposta de Emenda à Constituição.....	1
Mensagens relativas a escolha de Autoridades	20
Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas.....	23
Recurso aprovado	1
Total de matérias aprovadas	246

Matérias enviadas ao arquivo:

Matérias rejeitadas e encaminhadas ao arquivo	23
• Matérias rejeitadas pelo Plenário	9
• Projetos de Lei arquivados (art. 254 do Regimento Interno)	3
• Projetos de Lei apreciados nas comissões, em decisão terminativa.....	11
Matérias declaradas prejudicadas e encaminhadas ao arquivo.....	10
Matérias retiradas pelo autor	15
Total de matérias enviadas ao arquivo.....	48

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF 1.031/96	Juiz Eleitoral da Circunscrição Eleitoral do Rio Grande do Sul	Encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 151/93-CN.
SGM 168/96	Diretor-Executivo do Cegraf	Encaminha solicitação, devidamente autorizada pelo Presidente, para que o Diário do Senado Federal passe a ser reproduzido, na íntegra, na Internet.
SGM 170/96	Secretário Parlamentar do Banco Central do Brasil	Encaminha pronunciamento do Senador José Eduardo Dutra acerca de instrução dos processos enviados por aquele Órgão.
SGM 171/96	Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Espírito Santo	Encaminha nota técnica da Advocacia-Geral do Senado acerca de informações solicitadas quanto à declaração de constitucionalidade de Lei Estadual.
SGM 175/96	Prefeito Municipal de Contagem - MG	Encaminha cópia da Resolução nº 69, de 1995.
SGM 176/96	Procurador da Procuradoria da União do Distrito Federal	Encaminha cópia do Relatório da Subcomissão de Emendas Orçamentárias da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento referente ao ex-Deputado Genebaldo Correia.

LISTA nº 003

de 31 de julho de 1996

Correspondências recebidas e respondidas pelo Senhor Presidente do Senado Federal.

Diversos:

- da Câmara Municipal de Rio Claro - SP; solicitando urgência na votação do projeto do consumidor.
- da Câmara de Vereadores do Município de Leme - SP; solicitando urgência na votação do projeto do consumidor.
- da Câmara Municipal de Carazinho - RS; manifestando repúdio para prorrogação dos mandatos.
- do Senhor Nemério Cesconetto - Santos - SP; solicitando manter os direitos adquiridos de servidores públicos.
- da Câmara Municipal de Araçuaí - MG; manifestando repúdio pela extinção de aposentadoria por tempo de serviço.
- da Câmara Municipal de Sud Menucci - SP; manifestando repúdio às propostas que visam retirar os direitos adquiridos dos servidores públicos.
- da Comissão de Cidadania e Reprodução - SP; expressando preocupação com o veto presidencial à Lei nº 9.263/96.
- do CFEMEA - BSB - DF; solicitando a apreciação do voto ao PL nº 209/91.
- da Assembléia Legislativa de Fortaleza - CE; contrária a aprovação do voto do Presidente da República ao PL que regulariza as esterilizações voluntárias.
- da Câmara Municipal de Curitiba - PR; solicitando a derrubada do voto aos artigos sobre esterilização voluntária de mulheres.
- da Câmara Municipal de Itararé - SP; favorável ao PL sobre a obrigatoriedade dos novos aparelhos de televisão.
- da Câmara Municipal de Avaré - SP; favorável ao PL nº 1.526/96.
- da Câmara Municipal de Santa Mercedes - SP; favorável ao PL nº 1.526/96.
- da Câmara Municipal de Cabreúva - SP; solicitando aprovação do PL nº 1.526/96.
- da Câmara Municipal de Londrina - PR; solicitando agilização a tramitação do PL nº 4.221/93.
- do SINDEP/MS - solicitando rejeição parcial dos vetos da Lei Complementar nº 80/94.
- do Conselho Regional de Psicologia - SP; solicitando aprovação do PLC nº 63/93.
- da Senhora Magda Levorim, de Paranguá Moniz - SP; solicitando a aplicação da Lei nº 7.706/88.
- da Sociedade Brasileira de Medicina Aeroespacial - Guarulhos - SP; solicitando manutenção da aposentadoria especial para aeronautas.

- dos Policiais Civis da União a serviços nos extintos Territórios Federais; contrário ao voto presidencial ao PL nº 05/96.
- da Câmara Municipal de Bauru - SP; moção de repúdio aos casos escandalosos que têm sacudido a Nação.
- do Senhor Paulo de Tarso Nunes - Santos - SP; parabenizando o Senado por seu trabalho respeitável.
- do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Presidente Epitácio - SP; solicitando regulamentação da Lei nº 8.842/93.
- da Ordem dos Jornalistas do Brasil - RJ; solicitando aprovação do projeto de Imprensa.
- do SINPFETRO - RO; apresenta como subsídios para análise, quadros demonstrativos.
- Sindicato (FENAMAR), Recife - PE; solicitando aprovação do PL nº 4.259-A.
- do Conselho Federal de Economia - Rio de Janeiro - RJ; solicitando instalação de CPI para investigar a crise financeira.
- da Assembléia Legislativa do Paraná - PR; solicitando aprovação do PL nº 4.555/94.
- do SINPFETRO - RO; repúdio ao PL nº 15/96.
- da Associação Médica do Paraná - PR; solicitando aprovação do PL nº 4.555/94.
- da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantis - TO; manifestando apoio à aprovação de reeleição.
- do Instituto dos Advogados Brasileiros - RJ; rejeitando o voto ao PL de anistia dos sindicatos das multas.
- da Associação dos Advogados de SP; solicitando a aprovação do PL nº 899/95.
- da Câmara Municipal de Santos - SP; solicitando votação do PL nº 4.259-A.
- do Conselho Regional de Leigos - Duque de Caxias - RJ; repúdio ao Parecer nº 30/96 do Senado Federal.
- dos Psicólogos do Centro de Reabilitação Profissional RJ; solicitando aprovação do PL nº 63/93.

Manifestações referente às propostas de emendas à Constituição:

- da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista - SP;
- da Câmara Municipal de Lajeado - RS;
- da Câmara Municipal de Patos de Minas - MG;
- da Câmara Municipal de São João do Caiuá - RR;
- da Câmara Municipal de Barretos - SP;
- da CAPOF, São Luís - MA;
- da Câmara Municipal de Americana - SP;
- do Senhor João P. Brandão Neto - São Gonçalo do Abaeté - MG;
- da Senhora Erivana Campelo de Almeida - Arcos - PE;
- da Prefeitura do Município de São Pedro - SP;
- da Câmara Municipal de Abel Figueiredo - PA;
- da Prefeitura Municipal de Jales - SP;

- da Câmara Municipal de Lençóis Paulista - SP;
- da Câmara Municipal de Parambu - CE;
- da Prefeitura Municipal de Divinópolis - MG;
- da Câmara Municipal de Cavitar - SP;
- da Câmara Municipal de Penedo - AL;
- do Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto - SP;
- do Clube do Cidadão 13 de Novembro - Cabo Frio - RJ.

Manifestações referente à reforma da Previdência Social

- da Câmara Municipal de Catanduvas - PR;
- da Câmara Municipal de Lins - SP;
- do Senhor Lurildo Saraiva - Recife - PE;
- da Câmara Municipal de Gouvelândia - GO;
- do Senhor José Storti - Uberlândia - MG;
- do Senhor Bernardino Aires de Castro - Goiânia - GO;
- da Câmara Municipal de Araçuai - MG;
- do Sind. dos Trab. nas Ind. Químicas - Guarulhos - SP;
- da Câmara Municipal de Avaré - SP;
- do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP - SP;
- do Senhor Aloysio Ribeiro - Rio de Janeiro - RJ;
- da Câmara Municipal de General Salgado - SP;
- do Senhor Silesio Horr - Curitiba - PR;
- do Senhor Paulo Kussuki - São Paulo - SP;
- do Senhor Sebastião Claudino Câmara - MG;
- do Senhor Edson Pires de Godoy - SP;
- da Câmara Municipal de São José dos Campos - SP;
- do Senhor José Clementino de Souza - Teófilo Otoni - MG;
- do SNTPV - Rio de Janeiro - RJ;
- do Clube de Engenharia - Rio de Janeiro - RJ;
- da Câmara Municipal de General Salgado - SP;
- do Senhor Arnaldo Maciel - Recife - PE.

Manifestações referente à dívida do Estado de São Paulo com o Banespa

- do Senhor Thomaz antonio Ramalho, Jaboticabal - SP;
- do Senhor Antonio Pernomian - Lucélia - SP;
- do Senhor Sergio Lourenço - Santa Rita do Passa Quatro - SP;
- do Senhor Antonio Celso Alves de Oliveira - Luiz Antônio - SP;
- do Senhor José Carlos Fernandes - Jaboticabal - SP;
- do Senhor Sergio Sisval Revolti - Jaboticabal - SP;
- do Senhor Celio Justino R. Figueiredo - Ribeirão Preto - SP;
- do Senhor Nivaldo Luiz Gregorio - Santo Anastacio - SP;

- do Banespa Ag. de Ituverava - SP;
- do Banespa Ag. de Panamericana - SP;
- do Senhor Wandair José Coletti - Itapolio - SP;
- do Senhor Laercio Fogaça de Souza - Buritizal - SP;
- do Senhor José Roberto de Freitas - Buritizal - SP;
- do Senhor Alfredo Gonçalves Dias - SP;
- do Senhor Abimael Garcia de Oliveira - SP;
- do Senhor Vitor Rodrigues de Souza - SP;
- do Senhor Francisco Assis Garcia Junior - SP;
- da Câmara Municipal de Jaboticabal - SP;
- do Banespa Ag. de Taguaritinga - SP;
- da Câmara Municipal de Luis Antônio - SP;
- do Senhor Paulo Roberto Henrique dos Santos - SP;
- do Senhor Roberto Volpe - SP;
- da Prefeitura Municipal de Mira Estrela - SP;
- da Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP;
- do Banespa Ag. de Tatuapé - SP;
- do Banespa Ag. de Pirangi - SP;
- do Banespa Ag. de Barretos - SP;
- do Banespa Ag. de Descalvado - SP;
- do Banespa Ag. Altinópolis - SP;
- do Banespa Ag. Santa Ernestina - SP;
- do Banespa Ag. Monte Alto - SP;
- do Banespa Ag. Americo Brasiliense - SP;
- do Senhor Paulo Cesar da Silva - SP;
- do Senhor José Roberto de Oliveira - SP;
- do Senhor Luiz Roberto Rodrigues - SP;
- do Banespa Ag. Vila Salete.
- do Senhor Luiz Carlos Palanque - SP;
- do Senhor Valdir Henrique Torres SP;
- do Senhor Carlos Vessoni Neto.
- do Senhor Paulo Cezar Nossa - SP;
- do Senhor Fabio Galera - SP;
- do Banespa Ag. Olimpia - SP;
- do Senhor Lino Mariano de Souza Neto - SP;
- do Senhor Umberto Bergama - SP;
- do Senhor Edino Figueira - SP;
- do Senhor Odair Simões - SP;
- da Senhora Paula Silva Carmim - SP;
- do Senhor Claudemiro Stringnetta - SP;
- do Senhor José Mario dos Santos - SP;
- da Prefeitura Municipal - SP;
- do Banespa Ag. Batatais - SP;

- da Senhora Maria José Oseas Giovanini - SP;
- da Senhora Ana Paulo de O. Tonielo Pignata - SP;
- do Senhor Antonio Rossini - SP;
- da Câmara Municipal da Estância de Socorro - SP;
- do Senhor Zilmo Fuurlanetto - Dois Córregos - SP;
- da Câmara Municipal de São Carlos - SP;
- dos Funcionários do Banespa Ag. Araia Grande - SP;
- da Câmara Municipal de Mococa - SP;
- da Prefeitura do Município de Ipuã - SP;
- dos Funcionários do Banespa Ag. Caxias do Sul - RS;
- dos Funcionários do Banespa Ag. Porto Algre Centro - RS;
- da Adbesp - São Paulo - SP;
- do Senhor Antonio Faustino dos Santos - Carapicuíba - SP;
- do Senhor Marcos Vinicius Gomes de Rosis - Santos - SP;
- da Prefeitura Municipal de Registro - SP.

Manifestações referente ao PLC 67/95:

- do Dr. Giacomo Trotta - SP;
- do Dr. Tadamassa Yamada - SP;
- do Dr. Wu Nan Kwang - SP;
- da Senhora Rosely Cisotto - SP;
- da Senhora Helena Hironi Hironi Nishida Varanda - SP;
- do Dr. Eu Won Lee - SP;
- da Senhora Rebeca Payanian - SP;
- da Senhora Evelyn Jacusiel de Miranda - SP;
- do Senhor Anesio Rizzardi - SP;
- do Senhor Severino Sales da Silva - SP;
- da Senhora Maria José F. Fiori - SP;
- do Senhor Milton Varanda - SP;
- da Senhora Liliana Volpi Varanda - SP;
- do Senhor Paulo Cesar Varanda - SP;
- da Senhora Angelina Zacearo - SP;
- do Senhor Heraldo Veridiano dos Santos - SP;
- da Senhora Ani Agopyan - SP;
- da Senhora Alice Milsue Nishida - SP;
- da Senhora Iolanda Ioko Nishida - SP;
- do Senhor Carlos Russo - SP;
- da Senhora Daisy de Almeida Ribeiro - SP;
- do Senhor Carlos Massao Nishida - SP;
- da Senhora Ana Paula Olinto Niederauer - SP;
- do Senhor Mario Cappellette Junior - SP;
- da Senhora Paulina Pedrosa - SP.

Manifestações referente à Reforma Tributária

- do Senhor João Dulcemar de Oliveira - Joinville - SC;
- da Associação Comercial e Industrial de Presidente Venceslau - SP.

Manifestações referente à Reforma Constitucional

- da Prefeitura Municipal de São Luiz do Quitunde - AL;
- da Universidade do Amazonas - AM;
- da Câmara Municipal de Marabá - PA;
- do Senhor Benigno de Souza - Osorio - RS;
- do Senhor Nívio José Constante - Passo Fundo - RS;
- da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - PR;
- da Câmara Municipal de Bebedouro - SP.

CONGRESSO NACIONAL - 1996 RESENHA DAS MATERIAS APRECIADAS NO PERÍODO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (DE 1º A 31 DE JULHO)

Projeto de Lei enviado à sanção				- Total: 01	
MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	285/96-CN (nº 578/96, na origem)	PL nº 3/96-CN Leitura: 25.06.96	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 150.226.929,00, para os fins que especifica.	09.07.96 às 19h	Lei nº 9.291, de 11/07/96 (DO 12/07/96)

RESENHA DAS MATERIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 16 DE FEVEREIRO A 31 DE JULHO DE 1996

PLNs - aprovados e encaminhados à sanção.....	05
Total de matérias apreciadas.....	05

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 266/96-CN	Dep. Luís Eduardo - Presidente da CD	Comunicando a alteração do calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 3/96-CN, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho do corrente ano.

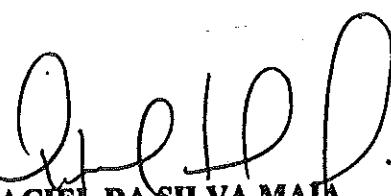
Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 273/96-CN	Dep. Luís Eduardo - Presidente da CD	Comunicando que foram lidas, na sessão ordinária do Senado Federal, realizada dia 15/07/96, às quatorze horas e trinta minutos, as Mensagens nºs 335, de 1996-CN, encaminhando o PL nº 4, de 1996-CN e 336, de 1996-CN, encaminhando o PL nº 5, de 1996, sendo despachadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 276/96-CN	Dep. Sarney Filho - Presidente da CMPOPF	Comunicando que o Dep. Giovanni Queiroz impetrou a esta Presidência recurso à decisão de V. Exa., proferida ao resolver questão de ordem por ele levantada quando da reunião da CMPOPF, realizada no dia 10 do corrente mês. Comunica, ainda, que submeterá o recurso à CCJR-CD, devendo, entretanto, antes de fazê-lo, instruir o processo respectivo com as informações que V. Exa. achar por bem prestar.
Of. nº 278/96-CN	Ministro Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça-Presidente do TCU	Encaminhando o Parecer Preliminar, aprovado pela CMPOPF, sobre as Contas do Presidente da República relativas ao ano de 1991, contendo requerimento a esse Egrégio Tribunal.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 928, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993; e tendo em vista o constante no Processo nº 9554/96-3,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, DULCE MARIA RODRIGUES, matrícula 2166, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Diagramação e Revisão, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 21 de junho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996



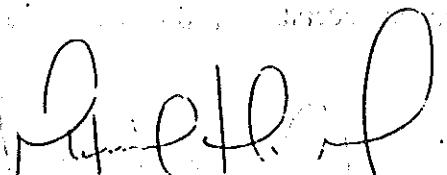
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.929, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 9591/96-6,

RESOLVE dispensar a servidora HELOISA SOLINO EVELIN, matrícula 5081, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 21 de junho de 1996, e lotá-la na Subsecretaria de Edições Técnicas a partir da mesma data.

Senado Federal, 31 de julho de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.930, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 9591/96-6,

RESOLVE designar a servidora HELOISA SOLINO EVELIN, matrícula 5081, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Diagramação e Revisão, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 21 de junho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996

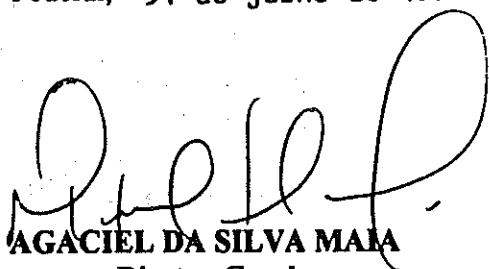

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.931, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 10796/96-7,

RESOLVE dispensar o servidor UDENIR DE FIGUEIREDO, matrícula 2337, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais , com efeitos financeiros a partir de 15 de julho de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Gerson Camata a partir da mesma data.

Senado Federal, 31 de julho de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.932, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 10796/96-7,

RESOLVE designar o servidor UDENIR DE FIGUEIREDO, matrícula 2337, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Gerson Camata, com efeitos financeiros a partir de 15 de julho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996



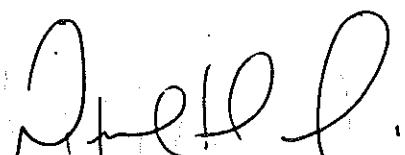
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.933, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 10865/96-9,

RESOLVE dispensar o servidor DEUSDETE GONÇALVES DA SILVA, matrícula 1771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Continuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.934, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11009/96-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ AUGUSTO SILVA COUTO, matrícula 5035, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 19 de julho de 1996, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

Senado Federal, 31 de julho de 1996

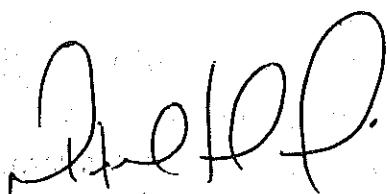

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 935, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11051/96-5,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ AUGUSTO SILVA COUTO, matrícula 5035, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 19 de julho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 936, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante do Processo nº 010901/96-5, e autorização do Presidente do Senado Federal,

R E S O L V E designar a servidora ANA MARIA MAFRA BUZZI, matrícula 4989, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Recepção, Símbolo FC-05, do Cerimonial da Presidência do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 19 de julho de 1996.

Senado Federal, 31 de julho de 1996.

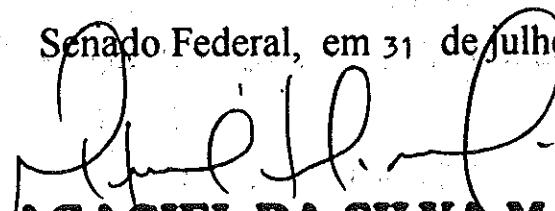

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 937, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do processo nº PD-000328/96-0, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **JÚLIO CEZAR LEO**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "c" e 244 da Lei 8.112, de 11-12-90, artigo 5º da Lei 8.162, de 08-01-91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95, do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 30/35 (trinta, trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 1996.

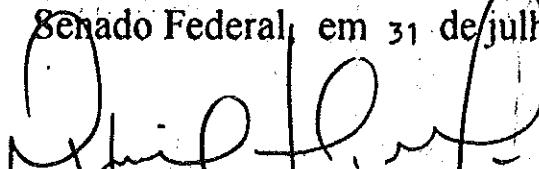

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 938, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do processo nº PD-000330/96-5, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **JALES RAMOS MARQUES**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "c" e 244 da Lei 8.112, de 11-12-90, artigo 5º da Lei 8.162, de 08-01-91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95, do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 34/35 (trinta e quatro, trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 1996.

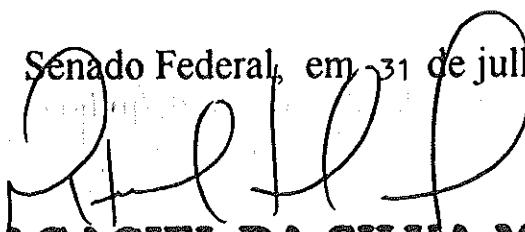

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 939, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do processo nº PD-000052/95-7, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora **LEIDE LÚCIA SARAIVA MARINHO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "a" e 244 da Lei 8.112, de 11-12-90, artigo 5º da Lei 8.162, de 08-01-91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95, do Senado Federal, com proventos integrais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 30/30 (trinta, trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

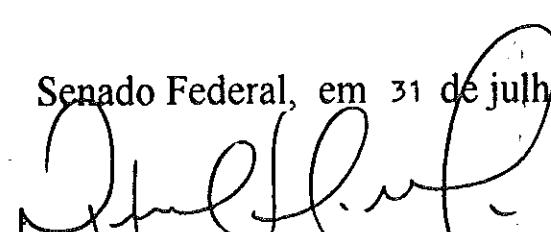
Senado Federal, em 31 de julho de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 940 , DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do processo nº PD-000354/96-1, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora PAULA GONÇALVES ATAGIBA LEITE, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 26, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "c" e 244 da Lei 8.112, de 11-12-90, artigo 5º da Lei 8.162, de 08-01-91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95, do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 26/30 (vinte e seis, trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 941 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996,

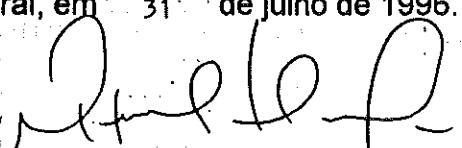
R E S O L V E:

Art. 1º - São designados os servidores Aloísio Novaes Teixeira (matrícula 1852-CEGRAF) e Franklin Albuquerque Paes Landim (matrícula nº 0544-CEGRAF) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 05, de 1993, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda;

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de julho de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corredores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omellas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúcio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitació Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Valdir Costa</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marisa</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	--

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL**
(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Renan Calheiros
2. Fernando Amorim

PFL

1. Antônio Carlos Magalhães
2. Odacir Soares

PSDB

1. José Roberto Arruda

PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS

1. José Eduardo Dutra
2. Epitácio Cafeteira

Suplentes

1. Ney Suassuna
2. Nabor Júnior

1. Júlio Campos
2. Hugo Napoleão

1. Sérgio Machado

1. (vago)
2. (vago)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL/PTB

1. Álvaro Gaudêncio Neto
2. Carlos Magno
3. Hugo Rodrigues da Cunha
4. Pedrinho Abrão

PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN

1. Eliseu Padilha
2. Fernando Diniz
3. Geddel Vieira Lima

PPB/PL

1. Jofran Freitas
2. José Rezende
3. Márcio Reinaldo Moreira

PSDB

1. Antônio Aureliano
2. Antônio Carlos Parizzi
3. Marcos Perillo

PT

1. Chico Vigilante
2. Pedro Wilson

PDT

1. Severiano Alves

Suplentes

1. Paulo Gouveia
2. Paes Landim
3. Philemon Rodrigues
4. Ursicino Queiroz

1. Eudoro Pedrosa
2. Hélio Rosas
3. Lídia Quinlan

1. Benedito Domingos
2. Valdemar Costa Neto
3. Wigberto Tartuce

1. Aécio Neves
2. Arnaldo Madeira
3. Ubiratan Aguiar

1. Gilney Viana
2. Maria Laura

1. Eurípedes Miranda

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves.

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Artindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL.
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPÍTACIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
----------------	--------------	--------------------------	------------

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	1- VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	6-CASILDO MALDANER
NEY SUASSUNA	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2-JOÃO ROCHA
JOSÉ BIANCO	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4-HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	5-JOSÉ AGRIPIINO
JOSAPHAT MARINHO	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	1-BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3-PEDRO PIVA
SÉRGIO MACHADO	4-VAGO
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	1-EPÍTACIO CAFETEIRA
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	1-BENEDITA DA SILVA
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	1-JÚNIA MARISE
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	1-ADEMIR ANDRADE
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	1- VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme
Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a
seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETARIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FREITAS NETO	PI-3131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LÚCIDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

PSDB

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
--------------------	------------	------------------	------------

PT

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

PTB

JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------------	------------	------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
---------------	------------	--	--

PSB / PPS

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		
----------------------	------------	--	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	6-VAGO 7-VAGO
PFL	
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROMEU TUMA
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
ANTONIO C. VALADARES	
SE-2201/04	

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
PFL	Joel de Hollanda Júlio Campos
PSDB	Geraldo Melo
PPB	Fetter Júnior ³ ⁴
PTB	Dilceu Sperafico
	Miguel Rossetto

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Osmar Dias ²	PP
	PT
	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
Franco Montoro	Yeda Crusius
Fetter Júnior ³ ⁴	João Pizzolatti
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

- Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro
Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches
Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior
Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas
Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues
A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald
Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto
O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrata Ramos Reinaldo
Consulta e parecer – René Ariel Dotti
A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes
Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro
Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes
Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa
A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira
Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Elio Wanderley de Siqueira Filho
Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas
Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Raniere de Vasconcelos
O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha
Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez
Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga
O direito eleitoral português – Jorge Miranda
Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai
A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha
Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral
O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Hélio Taveira Torres
A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares
Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho
Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão
Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA NºS 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

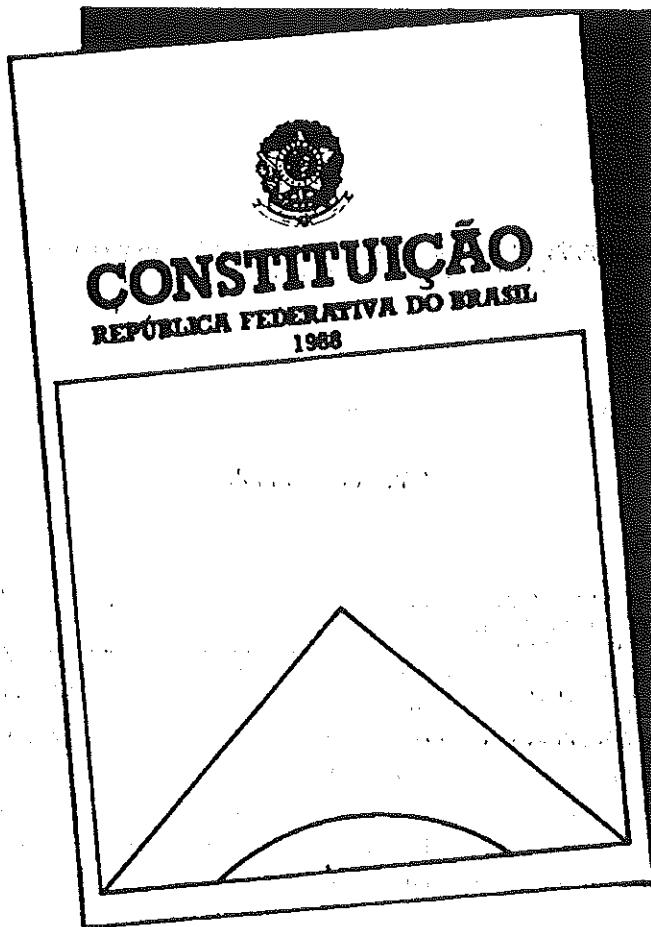
10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porto	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento
pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil
– Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de
Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS